



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 029

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Valdir Rossoni
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Ratinho Júnior
PSC .....	Mauro Moraes

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
07 DE MAIO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Delegado Bradock e pela senhora deputada Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Proposta de Emenda Constitucional:**

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL**

Art. 1º - Fica suprimido o parágrafo 5º, do artigo 85, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(aa) MAURO MORAES, BARBOSA NETO, NELSON GARCIA, LUIZ ACCORSI, JOCE-

LITO CANTO, ANDRÉ VARGAS, CHICO NOROESTE, NEREU MOURA, NEIVO BERALDIN, ARLETE CARAMÊS, ARTAGÃO JÚNIOR, ÂNGELO VANHONI, ADEMIR BIER, HERMES FONSECA, DOBRANDINO DA SILVA, PASTOR EDSON PRACZYK, FERNANDO RIBAS CARLI, MILTINHO PUPPIO, WALDIR LEITE, NATÁLIO STICA, LUIZ FERNANDO DA SILVA LITRO E DOUTOR LUCIANO.

**JUSTIFICATIVA:**

Amparado pelo Princípio da Moralidade, tomamos a iniciativa legislativa de retirar do texto constitucional deste nosso Estado do Paraná, um benefício imoral, concedido de forma mensal e vitalícia, similar a de um desembargador do Tribunal de Justiça, a pessoas que exerceram o cargo de governador do Estado.

É uma permissão constitucional para que haja acúmulo de aposentadorias imorais, pois pessoas que nem precisam ser eleitas para serem governadores, tão somente precisam estar exercendo o cargo no momento em que cessar a investidura do cargo, quando terminam as legislaturas, adquirem o direito de receber, a título de representação, um subsídio, sendo que questionamos, representação do que, se há outro governador exercendo o poder e recebendo pela representação do cargo único de governador.

Estamos vivendo um momento de intensa mudança nos destinos políticos do nosso Estado e do nosso País, em especial ao que concerne ao Programa Fome Zero, instituído pelo governo federal, situação completamente incongruente com subsídios imorais, privilégios dados a alguns poucos governadores, em detrimento dos pobres, do povo.

Esta prática deve ser suprimida, para o bem dos cofres do Estado, como exemplo a tantas outras situações peculiares, que também precisam ser revistas, com transparência e atendimento do interesse público maior, para o bem de todos os paranaenses.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 864**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 760/2002, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

Barbosa Neto, Artagão Júnior, Mauro Moraes, Alexandre Curi, Dobrandino da Silva, José Maria Ferreira, Arlete Caramês, Delegado Bradock, Chico Noroeste e Pastor Edson Praczyk.

**REQUERIMENTO Nº 855**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 08 de maio para hoje, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 853**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004, até o dia 19 de maio de 2003.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) ADEMIR BIER

**REQUERIMENTO Nº 851**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações pela posse do Sr. Ilídio Coelho Sobrinho, na Presidência da AERP - Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná, ocorrida no último dia 5 de maio, desejando-lhe ao mesmo tempo uma gestão repleta de sucessos.

Requer ainda que se dê ciência ao mesmo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Desembargador Munhoz de Mello, 5400 - CEP 87501-180 - Umarama / PR.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 850**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de louvor e congratulações ao governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, pelas medidas inéditas que vêm sendo tomadas no setor de Segurança Pública do Estado, como por exemplo, a designação de oficiais e/ou sargentos do efetivo da Polícia Militar para ocupar cargos em substituição aos assistentes de segurança, conhecidos como “delegados calça curta”.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento:

Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

O nosso voto de louvor e congratulações é uma forma sincera de expressar a postura política e social que apresentamos ao longo de nossa vida pública. Vale lembrar que o PSL - Partido Social Liberal, o qual tenho a

honra de presidir no Paraná, foi o instrumento responsável pelo fim dos chamados delegados “calça curta” no território brasileiro, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN. Como se tem conhecimento, normalmente os “calça curta” eram fruto de indicação feita por facções políticas que muitas das vezes sequer tinham conhecimento no ramo de segurança pública, sabendo sequer manusear uma arma e desconhecendo completamente as leis.

Mas agora, com a nova postura do governo de Roberto Requião de Mello e Silva, de designar oficiais e/ou sargentos para ocupar essa função, quem ganha é a comunidade que terá as Polícias Militar e Civil integradas, um atendimento mais próximo e mais identificado com a autoridade policial, uma vez que este membro efetivo da PM quase sempre é originário do próprio município ou da região. Portanto, nossa solidariedade ao governador Roberto Requião.

**REQUERIMENTO Nº 856**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Simões de Araújo Júnior e Odete Simões de Araújo, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 861**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Doutor Cláudio Murilo Xavier, digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de recursos para construção de um centro de saúde para terceira idade no município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

As pessoas idosas possuem em sua maioria a saúde debilitada, e devido a menor resistência física são mais

suscetíveis de contrair outras doenças em postos de saúde de atendimento ao público em geral, razão pela qual faz-se necessário a implantação de um centro de saúde para atender essa clientela com programas preventivos.

A efetivação desta propositura com a implantação de um centro de especialidades geriátricas, é uma justa medida em reconhecimento às pessoas responsáveis pelo engrandecimento do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Renato Adur, digníssimo secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a reurbanização da Rua Iguaçu, do município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

Temos recebido várias manifestações de empresários, da comunidade em geral de Medianeira, e em especial do vereador Alcides Marques, demonstrando grande preocupação com a deficiência na infra-estrutura da Rua Iguaçu, uma vez que a mesma não dispõe de espaço para estacionamento e circulação de pedestres, fato responsável pela causa de vários acidentes, face os transeuntes utilizarem a pista de rolamento que possui um grande fluxo de trânsito, na sua maioria veículos pesados, bem como a via carece de novos pontos de iluminação e placas de sinalização, necessitando assim urgentemente sua reurbanização, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação desta Propositura.

#### REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conselheiro Henrique Naigeboren, solicitando as seguintes informações e documentos:

- Cópia da análise técnica e parecer sobre a prestação de contas do município de Ponta Grossa no exercício de 2001.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, solicita o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, solicitando construção do ramal da Ferroeste- Trecho Cascavel/Foz do Iguaçu, pois trata-se de um projeto estratégico e fun-

damental para o desenvolvimento das regiões Sudoeste e Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) CHICO NOROESTE

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 244/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Ferapamelon - Federação das Associações de Pais e Mães do Norte do Paraná, situado na Rua Caviúna, nº 630, Londrina-PR, CNPJ 04.644.767/0001-04.

Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública a que se refere o artigo 1º, será assegurada pelo compromisso dos usuários de manutenção e recuperação das suas instalações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, a Ferapamelon é uma pessoa jurídica de direito privado, que já existe no Estado do Paraná há 2 anos, que contribui com a sociedade do Norte do Paraná, em várias frentes, na execução direta de projetos, programas ou planos de ações por meio de doações de recursos físicos, humanos e financeiros.

Cabe ressaltar que a referida federação também dá suporte a outras entidades da região, com o único intuito de auxiliar a maior parte da comunidade possível, não tem fins lucrativos, contando somente com doações.

Dessa maneira, esperamos contar com a sempre habitual compreensão dos nobres pares desta Casa de Leis, para o devido apoio e necessária aprovação do projeto em referência.

#### PROJETO DE LEI Nº 245/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiro e Planta Santa Helena, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

O Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiro e Planta Santa Helena, com sede nesta Capital, entidade

sem fins lucrativos, tem por finalidade promover a assistência à maternidade, à infância, à adolescência e à terceira idade, através de programas e serviços voltados às áreas social, de saúde, da educação e da formação profissional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 246/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, alterada pelas Leis nºs 7.812, de 29 de dezembro de 1983 e 9.174, de 29 de dezembro de 1989, ficando automaticamente, extinta a taxa de Segurança por ela criada.

Art. 2º - Os artigos 2º e 3º da Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970, passam a ter nova redação, que é a seguinte:

“Art. 2º - O Funrespol será constituído dos seguintes recursos:

I - auxílios, subvenções ou dotações municipais, federais ou privadas específicas as oriundas de convênios ou ajustes com a Secretaria Estadual da Segurança Pública;

II - recursos transferidos por entidades públicas ou particulares, dotações orçamentárias e créditos especiais ou adicionais que venham a ser, por lei ou por redistribuição através de decreto governamental, atribuídos a órgãos de estrutura orgânica da SESP;

III - o resultado da alienação de material ou equipamento julgado inservível;

IV - juros bancários de seus depósitos;

V - qualquer outras rendas eventuais.

Art. 3º - Os recursos a que se refere o artigo anterior serão, obrigatoriamente, depositados pelo Tesouro Geral do Estado, mensalmente, em instituição bancária, em conta especial sob a denominação de “Fundo Especial de Reequipamento Policial” que será movimentada pelo Conselho Diretor do Funrespol, de acordo com a deliberação do mesmo sob a forma de Resoluções”.

Art. 4º - Ficam revogados os parágrafos únicos dos artigos 3º e 4º e o *caput* e o parágrafo único do artigo 15, da Lei nº 9.227, de 17 de abril de 1990.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal define a taxa como tributo, conceituando-a em razão do poder de polícia ou pela uti-

lização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Assim, pela definição constitucional acima, a taxa de segurança é taxada pelo exercício do poder de polícia. O Estado através deste poder, limita o exercício dos direitos à propriedade e à liberdade das pessoas, permitindo que o interesse público prevaleça sobre o particular, dando vida ao Princípio da Isonomia.

Contudo, não é cabível a exigência de taxa pelo poder de polícia sem que haja uma contraprestação específica e individual ao contribuinte, como se conclui da redação da própria lei que institui a Taxa de Segurança, ou seja a Lei nº 7.257/79, especificamente no seu artigo 2º que trata do fato gerador desta taxa. Este tem sido o mesmo entendimento no campo jurídico, em especial do Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte nacional, quanto à inconstitucionalidade desta taxa. O egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, igualmente se manifestou pela inconstitucionalidade da taxa Funrespol pela sua cobrança sem a prestação do efetivo, específico e divisível serviço público exigido. Outrossim, mister se faz ressaltar que no caso do Funrespol, o reequipamento de material da Polícia Civil deve ser custeado por recursos advindos da arrecadação de impostos estaduais.

Pelo entendimento da inconstitucionalidade da taxa de Segurança, instituída pela Lei nº 7.257/79 e a taxa criada pelo Funrespol, através da Lei nº 6.102/70, é que ensejamos a revogação das mesmas pelos fatos acima alegados, pelos quais esperamos poder contar com o devido apoio dos pares desta Casa de Leis, para a aprovação de nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 274/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Espírita Allan Kardec, com sede e foro no município de Irati, Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Allan Kardec, na cidade de Tibagi, é uma sociedade civil, religiosa, filantrópica, sem fins lucrativos que tem por finalidade difundir a doutrina espírita, dedicar-se ao estudo e a prática do espiritismo, no seu tríplice aspecto fisiológico, científico e religioso, consoante, aos seus princípios codificados por Allan Kardec.

A entidade presta ainda, gratuitamente, serviços relevantes à coletividade que representa, e demais segmentos da sociedade através de atividades de natureza

assistencial e promoção humana à luz da doutrina espírita e do amor universal.

Promove, organiza e desenvolve brilhantes campanhas sociais e atividades que revertam em benefícios das pessoas carentes da região e o bem comum da sociedade. Desenvolve projetos e trabalhos de conscientização para vigorar a solidariedade humana, fraternidade, justiça social e caridade cristã.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela referida entidade esperamos o devido apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

**PROJETO DE LEI Nº 248/2003**  
**A Assembléia Legislativa do**  
**Estado do Paraná**

**D E C R E T A :**

Art. 1º - A Administração Pública Estadual, direta e indireta, bem como as pessoas jurídicas de direito privado, com vínculo contratual, a qualquer título, com o serviço público estadual, ficam proibidos de inscrever o nome ou CPF de cidadãos inadimplentes, residentes ou domiciliados no Estado do Paraná, em qualquer tipo de cadastro de devedores.

Art. 2º - Fica suspensa a execução de contrato ou ajuste, a qualquer título, firmado entre a Administração Pública Estadual, direta e indireta, e os denominados “serviços de proteção ao crédito”, expressão genérica que abrange empresas, sistemas e serviços de cadastro de devedores.

Parágrafo Único - Compete à Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, proceder ao levantamento e bloqueio dos recursos orçamentários e extra-orçamentários administrados por órgãos e quaisquer das entidades de que a Administração Pública Estadual participe, recolhendo os respectivos instrumentos, suspensos nos termos desta lei.

Art. 3º - As pessoas jurídicas de direito privado que firmarem ou mantiverem contratos com os “serviços de proteção ao crédito” ficam proibidas de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, do Estado do Paraná, bem como não poderão receber qualquer benefício ou isenção, inclusive de caráter tributário.

Art. 4º - A Administração Pública Estadual, direta e indireta e as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviços público, responderão pelos danos que seus agentes, por violação desta lei, causarem aos cidadãos residentes e domiciliados no Estado do Paraná, assegurado o direito de regresso contra o agente responsável.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei se reveste de grande importância e alcance social e se enquadra dentro dos dispositivos Constitucionais de proteção à pessoa, à sua dignidade e aos direitos de personalidade buscando evitar-se de toda forma a punição do sujeito em sua cidadania.

Trata-se de iniciativa que visa corrigir procedimentos inadequados atentatórios à pessoa. Falo da prática abusiva de inscrição junto ao Serasa de eventuais inadimplentes, e justifico pelas razões que seguem:

**1 - Liberação dos Dados Sigilosos**

Ora, os dados pessoais e sigilosos não são cedidos pelo cidadão, assim pergunta-se-ia sobre sua procedência. Neste sentido, transcrevo trecho de uma das quatro Ações Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal de São Paulo tendo como réus: a União, a Febraban e a Serasa, e como autor o Ministério Público Federal, representado pelos eminentes procurador federal, Dr. André de Carvalho Ramos.

“As informações disponibilizadas pela União à Febraban e à Serasa são informações que os cidadãos confiam à Receita Federal e instituições financeiras imbuídos da certeza de que serão mantidos sob absoluto sigilo.

Comunicam seus endereços, suas rendas, o endereço de suas empresas, dados sobre suas atividades econômicas, nomes de pai e mãe, tudo isso com a mais plena certeza de que somente o Estado, no interesse da administração da coisa pública, deles terá conhecimento e acesso.

Ademais, sabe o cidadão que o uso, por parte do agente público, de tais informações para fins privados será duramente punido por meio de recursos às sanções penais e mesmo cíveis mencionadas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8429/92).

Mas não é isso o que vem ocorrendo.

Como resultado do convênio em tela, potencialmente qualquer pessoa que tenha acesso aos serviços da Serasa poderá obter informações sobre, literalmente, qualquer pessoa física ou jurídica que seja contribuinte do Fisco.”

O convênio a que se refere o Ministério Público de São Paulo foi firmado em 19 de junho de 1998 e diz textualmente:

“A SRF fornecerá à Febraban, por meio magnético ou eletrônico, inicialmente todo o universo constante dos Cadastros de Pessoas Jurídicas e Físicas, e diretamente a atualização das informações compreendendo:...”

A confirmação deste fato e da sua utilização para fins meramente comerciais está em uma das vinte e duas

escrituras Públicas, já referidas, lavradas pelo tabelião do 7º Ofício de Curitiba:

“Em toda a consulta, é efetuada a confirmação da Razão Social ou do nome correspondente ao documento consultado, por meio do cadastro Serasa de confirmação de documentos, composto pelo cadastro fornecido à Serasa pela Receita Federal.

“Reunindo informações sobre mais de 116 milhões de consumidores, o Credit Bureau dispõe, ainda...”;

Senhores parlamentares, pretendo ao longo desta justificativa deixar caracterizado o que qualifico como “máquina de corrupção, extorsão e exclusão social” e para exemplificar vou transcrever e contextualizar trechos de alguns documentos de conhecimento público, já divulgados, sobre o assunto.

Como sabem, V. Exa., na modalidade dos “contratos eletrônicos” da constituição de “empresa laranja” e dos “contratos sem assinatura” basta dispor de nome, CPF, filiação, endereço e o “contrato” pode ser facilmente efetivado. Pois bem, os dados a seguir contemplam, com sobra, todos os requisitos necessários para que qualquer pessoa faça um contrato simulado em nome de outra pessoa, por diversão, vingança, maldade ou proveito financeiro sabendo que o nome utilizado será “negativado” pela Serasa.

Vejamos o caso do senhor Fernando Henrique Cardoso: Fernando Henrique Cardoso, CPF: 062446028-20, grafia Fernando Henrique Cardoso, Data Nasc. 18.06.1931, Mãe Nayde Silva Cardoso, Sexo (M/F) M, Estado Civil casado, Escolaridade 3 Superior Com, Carteira de Trabalho 9999 Número 0000099, Fone Residencial 0011 8266340, End. R. Marinho 1019, 14º Andar, Bairro Higienópolis, Cidade de São Paulo, UF - SP, CEP 01240-000, Ocupação 4 FUC. PUBL. Empresa Presidência da República, desde 01.1995.

Estes dados foram comprados da Serasa e são os dados ditos “sigilosos” de sua Exa. o ex-presidente da República, registrados em uma das vinte e uma Escrituras Públicas lavradas por Dr. Ângelo Volpi Neto, Oficial do 7º Tabelionato, desta Capital, a pedido do advogado Dr. Edilson Galdino Vilela de Souza.

O componente estorcedor é que dados sigilosos, similares a estes, são vendidos pela Serasa independente de terem sido liberados pelos cidadãos que têm seus dados comercializados.

## **2 - Parceria Comercial e Exportação de Dados Sigilosos**

Ou seja, senhores parlamentares, a Serasa, vende dois milhões e meio de consultas por dia, o que equivale a mil e setecentas consultas por minuto, durante 24 horas de todos os dias da semana, e, neste comércio a União, através da Secretaria da Receita Federal, é parceira comercial na condição de fornecedora do principal insumo que compõem os “produtos” Serasa: os dados sigilosos confiados ao fisco por todos nós, cidadãos brasileiros.

A parceria comercial da União com a Serasa é “tão exitosa” que virou “produto de exportação”. Vejam, senhores parlamentares, o que diz a Serasa em documento convertido em uma das Escrituras Públicas já referidas:

“A Serasa fornece um conjunto de serviços de informação dirigida ao mercado estrangeiro - sobre diferentes segmentos da economia, bem como relatórios com passado detalhado a análise econômico-financeira sobre todas as companhias existentes no Brasil. Entre as empresas estrangeiras, há companhias com cobertura mundial e líderes em seus segmentos”.

## **3 - Violação à Constituição Federal**

Senhores parlamentares, vejam como o Ministério Público avalia esta conduta. Transcrevo, a seguir, trecho da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal de São Paulo, Processo nº 2001.61.00.014465-9, em tramitação na 15ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, tendo como réus: Febraban, Serasa e União:

“A continuação da divulgação de dados sigilosos por parte da Serasa representa gravíssima e permanente subversão de todos os valores e princípios incutidos na Carta Magna e na legislação inferior, causadora de danos morais seriíssimos.

De fato, a não suspensão imediata do convênio impugnado e da remessa de dados fiscais sigilosos nos remeteria a uma situação, no mínimo, insólita, uma vez que somente órgãos públicos, como a Receita Federal, Ministério Público e Poder Judiciário, podem ter acesso a tais dados, na busca de interesse relevante.

Ou seja, o sigilo fiscal é bem jurídico que merece proteção atenta, permanente e feroz face às invasões de particulares, não comportando reticências ou delongas, sob pena de se ver gerar graves danos.

Mantida a livre distribuição pelo Serasa dos dados da Secretaria da Receita Federal, o que se estará permitindo, na verdade, é que dados cujo acesso só é lícito à administração pública ou ao Ministério Público e Poder Judiciário, sejam comercializados pela Serasa, entidade privada...

Tal situação, quase inimaginável, e que vem ocorrendo já a longos anos, deve ser imediatamente remediada, sob pena de total descrédito das instituições que sustentam nosso ordenamento jurídico. Isso sem mencionar os imediatos danos impingidos diretamente aos consumidores nacionais”.

## **4 - Parceira Fiscal**

Além da parceria comercial, como fornecedora de dados sigilosos à Serasa e à Febraban, a União, através da SRF - Secretaria da Receita Federal, resolveu conceder um benefício fiscal e isentou a Serasa do pagamento do Imposto de Renda pelo período de 05 anos, com base na decisão administrativa nº 10804/DT-03/97-SRF, proferida nos autos do processo nº 10880.000607/97-54, que

tramitou e está arquivado na DAMF-SP, caixa nº 1.537/97.

A evasão fiscal se completa com a sonegação dos impostos municipais que não podem ser calculados em função de a “Nota Fiscal” emitida pela Serasa, violar todos os meios de controle oficial. A Serasa paga o que quer aos municípios, como uma forma de “gorjeta” uma espécie de “cala-boca”.

## **5 - CPI Sobre o caso Serasa na Câmara dos deputados.**

A Câmara Federal recentemente decidiu instalar Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a divulgação indevida de dados relativos a pessoas físicas, como Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Hebe Camargo, José Genuíno, além de outras, disponibilizados por meio do site [www.serasa.com.br](http://www.serasa.com.br) realizada pela Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/A.

## **6 - Coação ilegal e extorção aos “sujos” e “negativados”**

Os “dados sigilosos” postos à venda pela Serasa são acessados por 560.000 empresas que podem agregar informações falsas ao nome de qualquer cidadão. Estas informações, ainda que falsas, geram a pecha de “sujo” ou “negativado” ao nome do cidadão que, certamente, pode ser vítima de coação ilegal e mesmo de extorsão, criando verdadeira insegurança jurídica. Transcrevo trecho de uma Representação dirigida pelo advogado, economista e professor universitário, Edson Vilela, à Procuradoria da República do Distrito Federal, em junho de 2002:

“2. Coação Ilegal Irresistível. A discriminação imposta, unilateralmente, pela Serasa aos “negativados” é aceita como verdade absoluta e incontestável pela União que além de descumprir os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, fixados pelo artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal, reproduz em “atos administrativos” do Estado Brasileiro, a expressão “negativado” com a finalidade vil e torpe de respaldar, referendar e fortalecer a Serasa - Centralização dos Serviços dos Bancos S/A, perante os indefesos e subjugados “negativados”, que passam da condição de “cidadãos brasileiros” para a condição de casta social denominada “sujos” e “negativados”. Esta casta social constitui-se de cidadãos brasileiros, civilmente mortos: são os “sujos” e “negativados” condenados, sem direito de defesa, por juízo de exceção. Totalizam 40 milhões de párias transferidos do Estado Democrático de Direito para o estado de exceção: “sem-nome”, “sem-crédito”, “sem-FAT”, “sem-financiamento-habitacional”, “sem-concurso-público”, “sem-emprego”, “sem-direitos-constitucionais”.

Isto porque o “Estado Brasileiro” confere à Serasa - de forma dolosa, (sabendo, perseguindo e publicando o resultado desejado), o status de estado de exceção com poderes para julgar, condenar e executar seus próprios

atos contra ditos, “cidadãos” excluídos da vida civil brasileira.

“3. Extorsão. Como decorrência direta da coação ilegal irresistível aos “negativados”, com participação efetiva do “Estado”, surge um vasto mercado “explorado” por empresas e escritórios “especializados” em um “serviço” denominado “limpe seu nome”, onde os cidadãos brasileiros, “negativados”, já sob coação ilegal irresistível, sujeitam-se a extorsão para limpar o nome que vai sendo, alternadamente, limpo/sujo/limpo/sujo/limpo/sujo, numa seqüência infundável e infernal de desalento, medo, opressão, terror, sofrimento físico e moral, permanentes e continuados”.

Na petição inicial dos autos nº 2001.61.00.017327-1, em tramitação na 24ª Vara Federal da Cidade de São Paulo, o MPF de São Paulo, representado pelo eminente procurador federal, Dr. André de Carvalho Ramos, assim sintetiza o chamado “produto” “Pefin - Pendências Financeiras” vendido pela Serasa:

### **“2.8 - Síntese dos fatos**

Em suma, os fatos que se relatam são os seguintes:

A Serasa recebe dados de qualquer pessoa jurídica que esteja apta a contratar seus serviços, sem qualquer tipo de verificação sobre sua veracidade ou procedência.

As informações constantes no Pefin são utilizadas por empresas na avaliação de candidatos a empregos, descartando sumariamente pretendentes com débitos em atraso.

O produto Pefin é facilmente utilizado para criar restrições cadastrais inexistentes, contra pessoas que não possuem qualquer pendência financeira”.

Diante deste quadro desalentador cabe registrar, para conhecimento de V. Exas. e para o registro desta Casa Legislativa, a forma pela qual uma das 560.000 empresas-clientes da Serasa dirige-se um pseudodevedor:

“Prezado Senhor,

Recebemos documentação que acusa a existência da parcela em atraso no seu nome, e que até o presente momento continua pendente.

Caso V. Sa. já tenha efetuado o pagamento, pedimos a gentileza de apresentar-nos o comprovante para que possamos regularizar a pendência junto ao Credor.

Confirmada a falta de pagamento da parcela, convidamos V. Sa. a procurar nosso escritório, no prazo de cinco dias úteis para encontrarmos uma solução amigável que possibilite saldar o débito. Não havendo resposta dentro do prazo estipulado seremos obrigados a fazer a inclusão do seu nome no cadastro de devedores do Serviço de Proteção ao Crédito (S.P.C. - Serasa), medidas que causarão entre outros transtornos a impossibilidade de:

- abrir contas e/ou renovar limite em bancos;
- participar de Financiamento para aquisição da casa própria;
- fazer qualquer tipo de Crediário;
- participar de Concursos Públicos e Licitações;



- adquirir novos empregos, pois a grande maioria das empresas consultam o S.P.C. antes de contratar seus funcionários.

Senhores parlamentares, “negativar” e “sujar” nome é coação ilegal. Não é o nome do devedor que responde pelo débito. Com o nome “negativado” ou “sujo” e sem possibilidade de obter emprego, empréstimo, movimentar conta, alugar imóvel, comprar a crédito, participar de concurso público, etc, o devedor acaba “dando um jeito” de pagar o que deve e o que não deve e é exatamente nisto que consiste a coação ilegal irresistível e mesmo extorsão.

Como V. Exas. sabem, quem responde pelo débito é o patrimônio, que, na forma da lei, pode ser penhorado, pelo Estado-juiz, para obrigar o devedor solvente a pagar ao credor o valor, judicialmente, apurado o devido.

### **7 - Recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, servem de “isca” na parceria da União com a Febraban e Serasa.**

Os recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, que conforme Ata de número 70 do Codefat, datada de 19 de fevereiro de 2002, totaliza R\$63.000.000.000,00, (sessenta e três bilhões de reais), também apresentam dificuldades no referente ao tema. Para esclarecer, cremos que bastará transcrever alguns trechos da lei que institui o FAT e o Codefat, juntamente com alguns dos expedientes usados pelo Codefat.

O FAT e o Codefat foram instituídos pela Lei nº 7.998, de 1990, nos termos seguintes:

“Art. 10 - É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. (grifos nossos)”.

Em vez de cumprirem o artigo 10 da Lei 7.998/90 e promoverem o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, com os 63 bilhões de reais disponíveis do FAT, a União, através do Codefat, o BNDES, o Banco do Brasil e a CEF - Caixa Econômica Federal, preferem muitas vezes manter estes recursos em detrimento de tantas necessidades de geração de emprego.

Os 63 bilhões de reais do FAT “depositados” nos bancos oficiais: como BNDES; BB e CEF sendo remunerados a taxas de juros subsidiadas enquanto estes mesmos bancos emprestam os recursos, nele depositados, a taxas de mercado a seus clientes privados e a seus clientes de cheques especiais, auferindo lucro elevado.

Ao pretender tomar empréstimos do FAT o cidadão “negativado” ou “sujo” terá que antes “limpar” o nome, ou seja pagar o que lhe é cobrado e mais uma taxa para “limpar” o nome. Esta taxa varia de credor para credor e é paga sem qualquer recibo, segundo graves afirmações.

Cabe aqui reafirmar que o “nome” do devedor ou pseudo-devedor é “sujo” ou “negativado” como forma ilegal e imoral de coagi-lo a pagar o que não deve, pois

quem responde pelo débito é o patrimônio econômico-financeiro e não o “nome”.

O nome é patrimônio moral que integra a personalidade. E não se pagam dívidas com direitos de personalidade que são, por natureza, inalienáveis e inegociáveis, cabendo ao Ministério Público a sua defesa como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Para que V. Exas. possam avaliar o abuso e mesmo desvio de poder, transcrevo, a seguir, alguns dos expedientes utilizados pelo próprio Codefat:

Codefat- Ata 70 de 2002, trecho da folha 03:

“Acrescentou que as receitas do FAT derivavam de aplicações financeiras, realizadas através de depósitos especiais e extra-mercado, indicando o crescimento os depósitos especiais e dos empréstimos ao BNDES, que eram recursos capitalizados do FAT, e que demonstravam a variação do patrimônio do programa de R\$53 bilhões para R\$63 bilhões”...

Vejam-se, na seqüência, outros trechos de expedientes utilizados pelo Codefat em relação aos cidadãos com nomes “negativados” ou “sujos”:

Resolução 273 de 21 de novembro de 2001.

“Art. 5º - As bases operacionais gerais do FAT-Habitação são as seguintes: I a IV (*omissis*)

V - Restrições: aos impedidos de operar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e aos negativados no Cadin, Serasa e CCF.”

Resolução 275 de 21 de novembro de 2001:

“Art. 1º - Instituir a linha de crédito especial denominada Proger- Novo Empreendedor, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger Urbano, para a concessão dos financiamentos de que trata o programa de Crédito orientado para Novos Empreendedores objeto do Termo de Cooperação Técnica MTE/Codefat nº 01/2002 - BB/Sebrae. “I a IX - (*omissis*);

“b- Seleção - os inscritos passarão por um processo de seleção e entrevista pelo Sebrae, onde serão avaliadas suas possibilidades de empreender, sua concepção de negócio e sua situação cadastral e dos demais sócios, se for o caso, junto ao SPS, Cadin, Serasa e CCF - em caso de restrição o candidato estará automaticamente desclassificado;”

XI a XVI - (*omissis*);

“XVII - Impedimentos: impedidos de operar pelo Bacen e negativados no SPS, Cadin, Serasa e CCF;”

### **Setor informal**

#### **1 - Finalidade:**

“Apoio financeiro, mediante abertura de crédito fixo ao setor informal da economia, objetivando sua integração ao setor produtivo formal da economia e a geração de emprego e renda.

#### **2. Beneficiários:**

Pessoas físicas que atuam no setor informal da economia (empreendimentos de caráter domiciliar, artesãos e outros que comprovadamente assim sejam caracterizados), desde que não inseridos no Cadin, SPS e Serasa,

observadas as normas gerais de concessão de crédito do Banco do Brasil”.

### **Profissional Liberal**

#### **1 - Finalidade:**

“Apoio financeiro, mediante abertura de crédito fixo, objetivando o aumento da produtividade, a manutenção/geração de emprego e renda e fixação dos profissionais liberais em suas regiões de origem.

#### **2. Beneficiários:**

Profissionais liberais de nível médio e superior, desde que não inseridos no Cadin, SPS e Serasa”.

### **Microempresas e Empresas e Pequeno porte.**

#### **1. Finalidade:**

Apoio, mediante abertura de crédito fixo a projetos de investimento e capital de giro associado, que proporcionem a geração ou manutenção de emprego e renda.

#### **2 - Beneficiários:**

Firmas individuais e pessoas jurídicas, inclusive as em fase de implantação, de direito privado, de micro e pequeno portes, desde que não inseridas no Cadin, SPC e Serasa.

### **Cooperativas e Associações de Produção**

#### **1. Finalidade:**

“Apoio a investimento fixo e de capital de giro para empreendimentos de cooperativas e associações, exceto as de crédito, que visem a geração de emprego e renda.

#### **2. Beneficiários:**

Obs: desde que não inseridas no Cadin, SPS e Serasa.”

### **8 - Pedido de Adesão**

Finalmente, ao apresentar este projeto de lei, peço o apoio de todos os colegas parlamentares no sentido de darmos um justo encaminhamento a matéria de tamanha transcendência e que ultrapassa os limites do Estado, mas que dentro daquilo que a Constituição permite será objeto de nosso esforço e de nosso empenho em benefício do cidadão e para o exercício da plena cidadania.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho a esta tribuna, senhor presidente, para comunicar aos senhores deputados que tanto eu, como o deputado Augustinho Zucchi estamos apresentando um requerimento cumprimentando S. Exa. o governador por uma atitude que achamos oportuna versando sobre a Segurança Pública, especialmente sobre os pequenos municípios do Estado do Paraná.

Nós cumprimentamos, falando em Segurança Pública, primeiro o nosso deputado, delegado Bradock, que é sem dúvida o que mais entende de segurança.

Mas nós apresentávamos, senhor presidente, o nosso Partido Social Liberal, do qual tenho a honra de ser

o presidente aqui no Estado, apresentamos a nível de Supremo Tribunal Federal quando se acabou com a figura do delegado calça curta. Foi o nosso Partido, visto que em grande número de municípios do Estado havia esta figura de delegado calça curta. O Supremo mandou imediatamente o governo do Paraná afastar todos esses cargos de pessoas não habilitadas. Foi uma surpresa visto que existem delegados de polícia que respondem hoje por 4,5 municípios. Estes municípios a partir da posse do governador, Dr. Roberto Requião, passaram a ter as suas delegacias sem ter ninguém a responder pelas mesmas. Podem percorrer estes municípios, estão todos eles exonerados!

Aí houve por parte de alguns deputados, inclusive este, a pedido de nossos prefeitos que representamos aqui na Assembléia, nós fizemos indicação, senhor presidente, de diversas pessoas ligadas ao segmento político que representamos. Da mesma forma outros companheiros deputados também apresentaram outros nomes para o mesmo município. Aí houve um problema na Casa Civil, onde o chefe da Casa Civil, deputado Caíto Quintana, ao tomar conhecimento que 2 ou 3 deputados estavam apresentando um pedido de assistente de segurança para a mesma cidade, esse encaminhamento parou, não existe. Passou o mês de janeiro, o mês de fevereiro, o mês de março, mês de abril e as delegacias onde não existe comarca passaram a não ter ninguém para cuidar sequer do automóvel, cuidar das chaves da cadeia e o impasse vem persistindo.

Ontem, deputado Nelson Justus, encontrei o deputado Caíto Quintana, chefe da Casa Civil e eu dizia para ele: - Caíto, você também é deputado, você sabe que a nomeação de um assistente de segurança, para um pequeno município representa tanto como um general do exército afrente de um comando do 3º exército, 2º exército. É importantíssimo e você está segurando. E ele me deu uma grande notícia, senhor presidente, de que esses municípios não são mais contemplados por pessoas não habilitadas. Não haverá mais a indicação e a nomeação de assistente de segurança. Acabou a figura do leigo, inclusive como responsável apenas pela delegacia. O que o governador Roberto Requião acertou com seu chefe da Casa Civil? Pela primeira vez, todas as delegacias terão como indicados pelo governador, nomeados pelo governador um policial militar, um oficial da Polícia Militar.

Com isso, senhor presidente, vamos ter em todos os municípios uma maior integração entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Aquela figura do calça curta, quando era nomeado e a própria Polícia Militar não lhe dava guarda, porque ele não tinha escola de polícia, não tinha formação militar. E era assim a pessoa que respondia pela delegacia.

A partir de agora, todas as delegacias do Paraná terão alguém que tem formação acadêmica, formação de polícia, não civil mas militar. E o sargento ou tenente que fica responsável pela delegacia automaticamente será res-

peitado pelo soldado, pelo cabo que existe no destacamento da Polícia Militar.

Esse é o motivo do requerimento que apresentamos, resolvendo de uma vez por todas. E praticamente confirmando o que o governador Roberto Requião falava na campanha: não haverá mando político, os deputados não tem que se meter na polícia das comunidades, dos municípios. Está aí, então, confirmado uma promessa de campanha transformada em realidade. Mas sem ferir, meu amigo Dobrandino, o direito de quem quer que seja o representante do município. nenhum deputado, líder do Governo, deputado Anibelli, nenhum deputado sai alijado. Deputado Vanhoni líder do Governo somando-se ao Anibelli, nenhum deputado sai alijado.

Nenhum deputado ficará desmoralizado no município, porque acaba aquela festa de indicação. teremos nas delegacias dos municípios pessoas com formação policial. Isto sem dúvida nenhuma, fiquei super satisfeito, comuniquei aos meus municípios, aos prefeitos. E todos os prefeitos estão parabenizando o governador. Conversando com o Augustinho Zucchi, ele me dizia que queria assinar o requerimento junto comigo. Deixo aqui, a disposição que os deputados que queiram enaltecer essa atitude do governador de colocar nas delegacias o sargento, o tenente ou o cabo, podem se somar assinando esse requerimento.

Concedo aparte a V. Exa. ex-prefeito, futuro prefeito de Foz do Iguaçu.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva**

Realmente faz sentido, a preocupação é muito grande, imagino que a maioria dos deputados, como é do governo, de resolver isso que imagino como um impasse. A indicação por parte dos deputados desses chamados leigos ou esse delegado de “calças curtas”. É em função realmente, porque num município que não é comarca, não pôde por lá um delegado de carreira e estava como V. Exa, declarou - não tinha ninguém nem para fechar às portas. E com esse despendimento a intenção do governo, essa decisão, que acho importantíssima de nomear alguém com formação acadêmica, como V. Exa. frisou, alguém da Polícia Militar e não vejo nenhum empecilho por isso.

Resolve com certeza um grande problema. Porque chamar o delegado de “calça curta”, embora pode até resolver ajudar, mas aí havia até uma ciurera por parte dos delegados, que são formados, tem formação acadêmica como V. Exa. frisou, isso resolve um grande problema. Acho que V. Exa. traz aqui uma notícia muito importante para nós deputados. É com medidas como essa, que com certeza, nós vamos colocando em prática grandes problemas da segurança do Paraná.

Parabenizo V. Exa., que traz aqui um tema importantíssimo que vinha de há muito tempo e agora começa a dar o destino correto nas pequenas delegacias.

Muito obrigado!

#### **O Sr. Barbosa Neto**

Para parabenizar o governo do Estado, e me colocar à disposição para juntar meus signatários desse requerimento proposto por V. Exa.

Gostaria também de lembrar que é claro que não vai ser do dia para a noite que o governador vai resolver o problema da Segurança Pública no nosso Estado.

Existe uma questão muito grande e grave ao mesmo tempo, em relação a guarda externa dos distritos policiais, dentro das cadeias públicas do nosso Estado, que a Polícia Militar se negava a fazer até certo tempo atrás. E, também a equiparação dos salários em níveis superiores, principalmente para aqueles membros da Polícia Científica, as questões dos Institutos Médicos Legais, que esta semana inclusive foi defendida pela deputada Elza Correia, já que nós havíamos protocolado um requerimento na questão do aparelhamento desses órgãos que dão suporte à polícia em nosso Estado.

Mas já é um começo, os “calça curtas” realmente fizeram o seu papel, dentro da sua pouquíssima condição até, mas sem a intervenção política dos deputados que tinham comando político, indicando esses membros para fazer às vezes de um delegado, realmente pode melhorar e muito a nossa polícia.

Era isso, senhor deputado!

#### **O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Agradeço o aparte deputado, pedido por V. Exa.

Mas, senhor presidente, senhores deputados. Muitos deputados devem estar indagando aonde vai esse pessoal que ocupa hoje esses cargos de assistente de segurança, que a Assembléia aprovou. A Assembléia no governo anterior aprovou diversos cargos de assistente de segurança. Segundo o chefe da Casa Civil, os cargos de assistente de segurança serão todos eles colocados através da contratação das pessoas que vão trabalhar nas penitenciárias do Estado. Ou seja, os cargos de assistente de segurança, permanecem mas na função dentro dos presídios, onde estão faltando inclusive esses elementos, conforme o deputado Barbosa Neto acabou de falar.

Então para encerrar senhor presidente, queremos apenas dizer de que todos os municípios do Paraná, passarão a ter a igualdade de maior aproveitamento e aperfeiçoamento dentro do sistema de segurança, com pessoas habilitadas, trabalhando em todas as delegacias do nosso Estado.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, passamos a palavra a senhora deputada Luciana Rafagnin.

#### **A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Usando a tribuna no dia de hoje, gostaria de em 1º lugar reforçar um convite que acredito tenha chegado a todos os deputados dessa Casa, que acontece na noite de hoje a

abertura da Jornada Agro-Ecológica no município de Ponta Grossa, onde essa jornada terá duração de quatro dias, com temas importantes, começando hoje a noite com o tema “Fome Zero”, tendo a presença de Plínio de Arruda Sampaio. Também prossegue no dia 08, dia 09 e dia 10, todos os dias são temas importantes que estão sendo debatidos. A gente espera realmente a presença e são convidados para esse evento muitos estudantes, técnicos, e, principalmente, agricultores familiares. Os promotores do evento estão contando com a presença de uma maneira especial dos deputados, nesta noite, na abertura deste evento e claro que o deputado que puder se fazer presente durante os 4 dias, estão todos convidados e a gente sabe o quanto é importante o debate, o quanto é importante o acontecimento desta jornada agroecológica.

Também, senhor presidente, faço uso da tribuna porque, na manhã de hoje, quando participamos de uma conversa, de uma reunião com o secretário de Saúde, fiquei muito feliz em saber que a Secretaria de Saúde está colocando em prática, já, um projeto que também foi desta deputada, que prevê o teste de acuidade visual e auditiva nas escolas. Sabemos que o governo Requião tem uma grande preocupação com isso, sabemos da preocupação do secretário da Educação Maurício Requião com relação, também, aos testes de visão e de audição nas escolas. E me sinto feliz, porque no final do ano passado tivemos aprovado nesta Casa de Leis, este projeto, e foi sancionado no início deste ano já pelo então, governador, Roberto Requião e agora nos sentimos bastante contemplados quando a Secretaria de Saúde diz que já está colocando em prática os testes de visão e de audição.

Ainda no dia de hoje estaremos votando um projeto aqui, apresentado, pelo deputado Tadeu Veneri - do Partido dos Trabalhadores, e é um projeto importante que concede o transporte gratuito intermunicipal para os deficientes. Este projeto já havíamos debatido, aqui, havíamos apresentado junto com o deputado Irineu Colombo. Inclui uma grande luta do deputado Irineu Colombo, que hoje nos dá a alegria da sua presença nesta Casa, e infelizmente, este projeto não chegou a ser votado ano passado. Agora é com alegria que vemos que o deputado Tadeu Veneri está apresentando, novamente, este projeto. E com certeza votaremos favoravelmente e acreditamos ser um projeto de extrema importância para os deficientes que hoje precisam, necessitam se deslocar de um município para o outro. Cito a questão da minha região, da região Sudoeste no qual, seguidamente, ouvimos reclamações para que tenha ou que o Estado trabalhe nesse sentido, de ter o transporte gratuito intermunicipal para os portadores de deficiência.

Assim esperamos que esta Casa, realmente, aprove este projeto e, tenho certeza, que estaremos - numa atitude nobre -, beneficiando todas aquelas pessoas que sem vontade própria, mas hoje são portadores de deficiências e precisam do apoio do Estado. São duas coisas importantes que acontecem neste dia. Claro que o projeto que concede o teste de visão e de audição nas escolas já foi aprovado e

sancionado pelo governador Requião, o que me deixa muito feliz. Mas mais feliz, é ver colocado em prática. Estamos cansados de ver leis que são aprovadas, mas depois se tornam leis de gaveta. O que nos deixa feliz é podermos ver que esta lei, na verdade, já está acontecendo na prática. E aguardamos, é claro, a aprovação do transporte gratuito para os portadores de deficiência.

Muito obrigada.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos dar as boas-vindas ao deputado federal Irineu Colombo, que foi um brilhante deputado estadual e nos deu a honra de fazer parte desta Casa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Natálio Stica.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente e senhores deputados, hoje pela manhã recebemos aqui, na Assembléia Legislativa, para um café da manhã, o secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná, o Dr. Cláudio Xavier.

O Dr. Cláudio fez uma exposição junto com o seu diretor Dr. Mário Lobatto, dos primeiros meses de trabalho daquela secretaria.

Percebeu-se na exposição e reafirmo o que já dissemos aqui desta tribuna de que a saúde do Estado do Paraná está com a receita certa. A saúde do Paraná já mostrou nesses apenas 4 meses uma grande diferença de estilo, de trabalho, do governo anterior. Estão fazendo, o Dr. Cláudio e a sua equipe, saídas em vários municípios e regiões do Estado do Paraná, e nos apresentaram hoje pela manhã um RX da saúde do nosso Estado. O número que falta de leitos, para que o povo do Paraná possa ter à sua disposição quando das necessidades. Enfim, o dinheiro que está sendo investido, mês a mês, a partir de agora, a ajuda aos hospitais regionais e hospitais municipais. Uma verdadeira operação de resgate à cidadania, através da Secretaria da Saúde.

Deixou-nos, a mim e aos deputados que ali presenciaram, uma verdadeira disposição de que este trabalho tenha continuidade e, foi inclusive solicitado, pelo Dr. Cláudio Xavier para que nós possamos discutir uma melhora na LDO em relação à área de saúde pública do nosso Estado.

Tenho certeza que o Estado do Paraná, principalmente em relação à saúde, vai, num curto espaço de tempo, mostrar a grande diferença de estilo de governador. Está de parabéns, portanto, o governador Requião pela escolha do Dr. Cláudio e este por escolha de parte, pelo menos que nós já conhecemos, da sua equipe.

Quero repetir para aqueles deputados que não puderam se fazer presente de que a Secretaria da Saúde estará sempre de portas abertas aos 54 deputados, independente da cor partidária de cada deputado. Àquela Secretaria a prioridade não é e não será a cor partidária e, sim, a vontade de discutir, de ajudar que os deputados têm demonstrado.

Quero aproveitar, para uma questão de justiça, inclusive com o nosso prefeito da cidade de Ponta Grossa, Péricles R. de Mello, deputada Luciana Rafagnin, que me ligou a pouco, ao mesmo tempo que estávamos ouvindo o Dr. Cláudio Xavier, o nosso amigo, infelizmente não o vejo, queria que aqui estivesse para que pudesse falar olhando em seus olhos, o deputado Jocelito Canto fazia um programa de rádio na cidade de Ponta Grossa e dizia. Aliás, usava no programa de rádio hoje pela manhã, dizendo que a cidade de Ponta Grossa vai ter uma UTI, graças a caminhada de um vereador e do deputado Jocelito Canto.

Ora, não precisamos desse tipo de política. Vou repetir isso ao deputado Jocelito Canto em outra oportunidade. Não precisamos usar mentiras para fazer a autopromoção. Se em Ponta Grossa vai ter UTI, foi dito pela manhã, que é uma das necessidades daquela cidade, como é de várias regiões do Paraná. E vai ter, porque é essa a política do governo Roberto Requião e do secretário Dr. Cláudio Xavier. Não é porque teve uma caminhada de um vereador, sem desmerecer o ato simbólico e heróico daquele vereador. Digo isso embasado em várias lutas que já fiz em minha vida. Tenho certeza que não é apenas a caminhada do vereador que moveu o governador a fazer com que lá tivesse UTI no hospital.

Esta é a política do governo do Estado. Não podemos aproveitar desses momentos para, num programa radiofônico, tentar jogar a população dizendo: “nós conseguimos trazer isso ou aquilo” porque alguém teve um gesto simbólico num determinado momento.

Repito, Ponta Grossa terá 100 mil reais para o seu hospital; para Santa Casa mais 50 mil reais e terá a sua UTI bem neste momento mais de 150 mil reais para a construção civil da UTI colocada pela prefeitura de Ponta Grossa, do nosso prefeito Péricles de Mello. E vai garantir 20 mil mensais para a manutenção durante o ano.

Portanto, a parceria prefeito municipal e governo do Estado fazendo com que lá os reclames feitos aqui, muito bem pelos deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães representantes de Ponta Grossa. Esta é a realidade que o Paraná tem. Com essa nova política havermos de ter, nos 4 anos, uma grande diferença não só na área da saúde do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Rafael Greca.

#### **O Sr. Rafael Greca**

Estimado deputado Stica, não pude vir ao encontro do secretário Dr. Cláudio Xavier. Mas quero me associar a V. Exa. nas palavras de apreço a esse grande médico paranaense.

Eu o conheço pela sua prática enquanto profissional aqui na cidade de Curitiba. Posso dar testemunho da sua seriedade profissional e da sua qualidade enquanto agente de saúde pública. Trata-se de um dos quadros mais notáveis na ciência médica no Paraná.

Tenho certeza que o Dr. Cláudio Xavier há de colocar na saúde do Paraná a sua competência profissional.

Sabemos que o mundo não foi feito num dia. A obra de resolver a questão da interiorização da saúde é uma obra para ser desenvolvida ao longo de um governo. Acerta o governador com a idéia de equipar com hospitais gerais as Santas Casas de Misericórdias das principais cidades do Estado. Parece importante a idéia de se fazer redes computadorizadas de atendimento por telefone e computador ligadas a hospitais gerais regionais em todas as principais regiões do Estado.

Portanto, de 18 a 25 regiões de atendimento para a saúde do Estado. Já não é sem tempo que o Paraná se interiorize até para tirar de cima de Curitiba e da Região Metropolitana de Curitiba a pressão no atendimento dos serviços.

Quero deixar aqui o meu testemunho de ex-prefeito de Curitiba, de curitibano e paranaense da competência profissional do secretário Dr. Cláudio Xavier. Ele merece acima de qualquer demagogia momentânea a solidariedade, o apreço e o apoio da sociedade paranaense porque veio para acertar.

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Agradeço ao deputado Rafael Greca pelo aparte e solicito mais um minuto para concluir, senhor presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a V. Exa. mais um minuto.

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Agradeço, senhor presidente, a benevolência do tempo e quero dizer ao deputado Rafael Greca que, hoje, pela manhã, nessa exposição, nesse “Raio X” da saúde do Estado do Paraná, nós pudemos perceber o quanto o Estado é carente nesta área, o quanto o ex-governador deixou a área da saúde e outras áreas do Estado do Paraná com uma deficiência de trabalho e portanto, agora, será corrigido.

Quero pedir desculpas ao deputado Plauto Miró, já que o tempo não me permite conceder mais nenhum aparte, mas V. Exa. terá tempo para fazer as suas considerações.

Quero reafirmar, aqui, o convite deixado pelo secretário Dr. Cláudio Xavier, onde ele tem andado nesse Estado do Paraná está à disposição para ser acompanhado pelos senhores deputados. Amanhã, Dr. Cláudio estará na cidade de Guarapuava onde passará o dia com a sua equipe. Portanto, os deputados que queiram e que possam estar junto serão bem-vindos nessa caravana da saúde do Estado do Paraná.

Quero parabenizar, também, o deputado Ângelo Vanhoni, Líder do Governo nesta Casa, pela iniciativa que teve de nos comunicar, hoje pela manhã, que a partir de agora, todas as secretarias serão convidadas para que venham aqui fazer uma espécie de prestação de contas, não seria bem esse o termo, mas dizer do trabalho que está sendo feito aos senhores deputados.

Era isso, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente com a palavra a deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, já avisando com antecedência que, devidamente autorizada pelo nosso líder, se necessário, usarei o tempo da liderança. Obrigada!

Senhores deputados, senhoras deputadas.

Antes demais nada, queria cumprimentar a todos os taquígrafos e as taquígrafas desta Casa que prestam um brilhante, importante e indispensável trabalho de assessoria a todos nós, pelo dia do taquígrafo que foi ontem. Acho importante fazermos essa referência, porque o trabalho desses companheiros e companheiras é de fato muito importante para que fique registrado nesta Casa, devidamente consignado, nossas ações, as nossas falas, as nossas manifestações, enfim, a memória histórica do nosso trabalho, que é registrado pelas mãos destes companheiros e destas companheiras. Parabéns!

Quero também somar-me à fala do deputado Stica e cumprimento, aqui, o Dr. Cláudio Xavier, realmente, são sinais de novos tempos em que os secretários vêm até os parlamentares, que nada mais somos que interlocutores da população do Estado, falar sobre as suas atividades, os seus encaminhamentos, que facilita muito a nossa ação, quando sabemos quais as atividades e o trabalho que os secretários estão realizando. Acho isso muito importante, Stica, realmente, e queria somar-me à sua manifestação de apoio.

Hoje pela manhã, logo bem cedo, estivemos, a convite do prefeito de Londrina, Sr. Nédson e também do secretário Waldyr Pugliesi, outros companheiros de Londrina também foram convidados, deputado Barbosa Neto e deputado André Vargas, que lá não puderam estar, mas foram justificadas as ausências porque estavam na CPI do Pedágio e em outras atividades, mas estivemos lá com o prefeito Nédson, o secretário da Agricultura Nilson Ladeia e mais quatorze lideranças de Lerroville, da região de Apucarantina, reivindicando ao secretário um pleito que não é novo, Stica, que é antigo, desde 92 já como vereadora em Londrina, os dois mandatos nós insistimos muito ao governo anterior que atendesse aquele pleito importantíssimo que é a questão do asfaltamento da estrada de Lerroville, uma importante estrada não só do ponto de vista do escoamento da produção agrícola, mas do transporte de crianças e a própria qualidade de vida da população daquela região. O que não é diferente das outras estradas da região, que herdamos uma herança maldita e vamos ter que administrar essa herança por um bom tempo, considerando que o orçamento deste ano já está votado pelo governo anterior. Nós temos que, apresentado pelo governo anterior e votado

por esta Casa para este ano, então para o ano que vem é que vamos poder implementar através das nossas emendas, as nossas ações, o atendimento aos pleitos e das demandas das nossas regiões.

Mas, só queria deixar consignado aqui, que estamos junto com os outros dois deputados da região de Londrina e com o prefeito Nedson nos empenhando e gerenciando para que o pleito daquela região, em relação às estradas rurais sejam atendidos.

Gostaria de colocar que hoje pela manhã, queria falar também aos deputados que estão preocupados como essa deputada com essa questão que recebemos no gabinete o Dr. Carlos E. Braga Filho, diretor do Instituto Médico Legal e também do Sr. Nelson Luis Gubert, chefe da Divisão Administrativa do Interior do IML, conversando um pouco, deputados, sobre o sucateamento que se encontram os IML's do Paraná. Eu diria uma verdadeira vergonha. Tenho até a impressão que a idéia seria privatizar os IML's porque o descaso foi total e absoluto durante esses oito anos que tivemos aí de triste memória.

Então, a situação é dramática, os IML's estão, sem dúvida nenhuma, absolutamente sucateados. O Dr. Braga nos colocou aqui que o deputado Anibelli, os deputados Artagão, Genari, Barbosa Neto, Tadeu Veneri e outros deputados desta Casa, igualmente estão preocupados com os IML's. O deputado Barbosa Neto inclusive encaminhou um requerimento e certamente é uma preocupação dos demais deputados.

**(Passa a usar o horário da liderança)**

Porque não é possível mais continuar nesta situação.

Por exemplo, um item só: em Londrina nós temos que atender toda a demanda de Cornélio Procópio que foi subdividido e nós temos um número ínfimo de funcionários, muitos foram demitidos agora, não foram recontraídos. Temos um motorista que trabalha 24 horas num prédio que não tem condições nenhuma de funcionamento; a temperatura interna do prédio do IML hoje chega a 40 graus em Londrina. Todos aqueles equipamentos, oito computadores e outros equipamentos que foram comprados pelo governo anterior para instalação, estão todos em caixas ainda; não podem ser instalados porque a temperatura interna não permite. Se não podemos instalar computador, não podemos prever a qualidade de estrutura em que aqueles coitados daqueles funcionários trabalham o dia todo. É uma coisa absurda!

E, também outros IML's, por exemplo, em Cândido Rondon que eu soube que está numa situação caótica; em Toledo funciona o IML dentro da prefeitura da cidade; em Clevelândia não existe IML, embora exista no relatório. Não existe, de verdade, em Clevelândia, os companheiros da região podem nos afirmar, é o consultório do médico particular que dá o laudo como se fosse o IML. Alguns IML's funcionam em capelas funerárias, dentro dos prédios do IML, agências particulares de fune-

rárias que trabalham, emprestam carro, pagam a conta d'água, pagam a conta de luz e funciona a funerária dentro do IML.

Então, realmente é uma situação horrível, uma situação que nós temos que intervir de alguma forma e a forma como estamos fazendo é exatamente essa. Conversando com o Dr. Braga, gerenciando, buscando alternativas de alguma forma, recurso que eventualmente este ano vai ser muito difícil em função do orçamento. Mas, gostaria de colocar que estamos estudando a LDO, que na verdade é uma grande carta de intenções das ações que vão...

**O Sr. Nereu Moura**

Deputada Elza, V. Exa. está usando o Pequeno Expediente ou o Horário da Liderança?

A SRA. ELZA CORREIA

Já é o Horário da Liderança.

**O Sr. Nereu Moura**

V. Exa. me permite um aparte?

A SRA. ELZA CORREIA

Com prazer, deputado.

**O Sr. Nereu Moura**

Deputada Elza, V. Exa. traz a esta Casa diversos assuntos, todos eles palpitantes. O problema das rodovias do Paraná é um problema seriíssimo, grave. Não só com as rodovias municipais de Londrina, mas como as rodovias estaduais estão, hoje, intransitáveis! Grande parte da malha rodoviária do Paraná, que é a terceira malha rodoviária do Brasil, na verdade merece e carece de urgentes reparos.

Aí, V. Exa. traz o problema do IML, o sucateamento do IML. Mas vamos andando por aí e vamos vendo que todos os setores, todas as áreas estão sucateadas, estão com problemas, estão com dificuldades, não estão funcionando, estão carecendo de recursos. Hoje tivemos aqui, pela brilhante idéia do nosso líder, deputado Ângelo Vanhoni, a presença do secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier. Aliás, que está fazendo um grande trabalho na Saúde do Paraná! Ele esteve aqui expondo para quem quis ver e ouvir a real situação da Saúde e o que o governo pretende fazer. E também na Saúde o secretário deixou muito claro as graves distorções e dificuldades que o governo tem para poder resolver os problemas, oferecendo uma qualidade de vida melhor para a nossa população.

Então, deputada Elza, na verdade no Paraná, se começássemos do zero seria melhor, porque daí começaríamos do zero do jeito que deve ser começado. Agora, começar de onde começamos, com a situação absolutamente descontrolada, com funcionários com 86% de defasagem salarial, tanto os professores, os funcionários

da saúde, enfim, os funcionários públicos do Estado do Paraná. De forma que a missão é quase impossível. A missão é muito difícil! E este relato que V. Exa. faz dos IML's eu também já pude ter conhecimento. De fato os IML's precisam de injeção de recursos para recuperar a capacidade de cumprir com a missão de poder fazer os diagnósticos e oferecer um serviço à altura da sociedade, em função do inteiro abandono que foi relegado no governo anterior.

De forma que quero parabenizar V. Exa., deputada que sempre tem se esforçado em assuntos relevantes e este tema, como os demais temas, merecem da nossa parte uma preocupação e uma discussão para podermos ajudar a tirar o Paraná do atoleiro em que foi colocado.

**O Sr. Barbosa Neto**

Permita-me um aparte, deputada Elza Correia, apenas para dizer à senhora em relação ao distrito de Lerroville, que é uma reivindicação justa essa estrada que liga até o Salto Apucarantina, que aliás tem uma reserva indígena bastante visitada e inclusive no governo anterior do Roberto Requião - quem conhece aquela estrada sabe -, eles colocaram pedras irregulares e essa pavimentação pode ajudar não apenas os agricultores, mas no desenvolvimento também do turismo rural. É uma reivindicação justa! Eu não pude acompanhar essa reunião do Departamento de Estradas de Rodagem, mas já havia protocolado um requerimento ao secretário de Obras, Waldyr Pugliesi, em março deste ano.

E em relação à situação de sucateamento dos nossos Institutos Médicos Legais do Paraná, essa é uma briga antiga e a senhora tem toda a razão. Corroboro aqui também o raciocínio, se me permite, e dizer que conhecemos essa realidade de muito tempo. Como disse o deputado Nereu Moura aqui, a questão dos IML's, lembro-me que o IML de Londrina não tinha geladeira, uma época não tinha rabecão, e houve, inclusive, denúncias de irregularidades que até agora não sabemos como é que ficou essa apuração, mas isso foi em governos passados. A situação do IML de Cornélio Procopio é ainda mais grave e até em Londrina, onde foi alugado um prédio onde alguns funcionários estão trabalhando em condições insalubres. São reivindicações justíssimas e tenho a certeza que o Governo do Estado, no momento oportuno, vai saber dar prosseguimento a esses problemas para que se encontre a solução.

Muito obrigado, deputada!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a V. Exa. mais um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

A SRA. ELZA CORREIA

Pois não deputado Artagão, eu tenho um minuto para encerrar, então V. Exa. por gentileza, use esse um minuto.

### O Sr. Artagão Júnior

Só aproveitando o seu pronunciamento e a senhora, inclusive, colocou a nossa preocupação em sua declaração.

O IML de Guarapuava, onde nós levamos essa informação à comunidade da nossa cidade, cidade que nós representamos, passa também por esse problema. Na semana passada o doutor Nelson, que é responsável pelos IML's do interior do Paraná, esteve em nosso gabinete com o prefeito de Guarapuava e o presidente do consórcio da região do Centro Oeste, no sentido de inviabilizar o fechamento do IML daquela cidade, onde temos denúncias de necrópsias que não foram realizadas conforme as orientações, de certidões de óbito que foram vendidas, de caixões que são vendidos nos prédios do IML, no prédio do Estado empresas particulares absorvendo a estrutura do Estado para usufruir de benefícios particulares.

Ou seja, é uma denúncia grave que a senhora, V. Exa. faz neste momento e nós gostaríamos de colaborar trazendo mais essas informações de Guarapuava, dizendo de uma necessidade presente de uma solução eficaz e imediata, suspendendo, inclusive, um convênio que foi firmado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, no ano de 1995, com as prefeituras municipais e com os consórcios de saúde, passando o gerenciamento quase que total e efetivo para as funerárias e empresas privadas para cuidarem dos IML's nas regiões onde eles existem.

Muito obrigado!

### A SRA. ELZA CORREIA

Se nós não temos dinheiro para resolver os problemas, nós temos como moralizar a situação hoje no Paraná e este é o fórum, temos que trazer para cá as nossas ações, as nossas atividades e os gestionsamentos que estamos fazendo junto aos secretários, junto aos representantes do nosso Governo e também junto com a comunidade para tentarmos buscar alternativas até que possamos resolver os problemas a partir do orçamento do último ano.

Era isso, muito obrigada!

### O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados:

Como fui citado pelo nobre parlamentar Natálio Stica, só lamento que eu não estava aqui, deputado Stica, queria pedir a V. Exa. que dentro dessa sua participação popular do seu partido e, ao mesmo tempo, o senhor ser um democrata de muito tempo, que a próxima vez que o senhor falar, deixe pelo menos eu ouvir para poder me defender à altura.

Mas, pelos comentários que eu recebi, agora há poucos instantes, V. Exa. disse aqui no plenário da Assembléia de que, até quero justificar, senhor presidente, que eu estava na ARP (Associação de Rádios e Televisão do Paraná, onde neste momento o governador Roberto Requião assinou um convênio. E eu fiz uma

emenda no começo do mandato, fiz um pedido, melhor dizendo, uma Proposição, pedindo que voltasse aquele convênio com as emissoras de rádio e televisão do Paraná. E o Governador, agora, há poucos instantes, assinou na sede da Copel, com o presidente da Copel, Doutor Paulo Pimentel, assinou o convênio restabelecendo de volta às emissoras de rádio e televisão o direito de terem um desconto da fatura de energia, o que vai beneficiar primeiramente as emissoras de rádio do interior que necessitam muito desse apoio.

Então, fica aqui já registrado que o governador Requião assinou, neste momento, esse convênio que é de fundamental importância para os radialistas do Paraná. Eu não sou proprietário de rádio, mas na condição de radialista que convive o dia inteiro nas emissoras de rádio, fiquei feliz com esse convênio, porque isso beneficia as pequenas emissoras de rádio lá no interior do Paraná.

Então, queria cumprimentar o governador, o doutor Paulo Pimentel e a entidade por conseguir esse convênio. Por isso que eu me atrasei um pouco, senhor presidente.

Concedo um aparte ao deputado Vanderley Iensen.

### O Sr. Vanderlei Iensen

Eu gostaria de me solidarizar com o deputado, estive junto com ele na assinatura desse convênio e parabenzá-lo, porque eu sei que a iniciativa partiu do nosso querido companheiro que beneficia centenas de emissoras de rádio no Estado do Paraná, era uma aspiração das emissoras de rádio e eu quero parabenizar e congratular com o Jocelito Canto, nosso companheiro, que se lembrou dessa categoria e através daquela iniciativa nós tivemos a assinatura do convênio.

Muito obrigado.

### O SR. JOCELITO CANTO

Perdoe-me deputado Vanderlei Iensen, esqueci de falar de V. Exa. foi um lapso, acho que fiquei meio... cheguei aqui, soube dessa notícia do deputado Stica e acabei esquecendo de V. Exa.

Mas, deputado Stica, a saúde do Paraná, nós já falamos aqui que passou por oito anos de muitas dificuldades, todos nós sabemos e sabemos também que o governador Roberto Requião está cheio de boa vontade de melhorar a saúde do Estado do Paraná e eu também acredito nisto. Eu que vou e volto todos os dias para Ponta Grossa e hoje estive em Castro, na sexta, sempre estou numa cidade da região, fazendo programa de rádio, este é um compromisso nosso da campanha, nós encontramos as dificuldades diárias do povo - é falta de internamento, é falta de ambulância, é falta de tudo.

A saúde vive no Paraná um momento muito difícil e em momento nenhum nesta Casa, este deputado quis acusar o atual governo de ser responsável por este problema que não é só do Paraná, é do Brasil inteiro.



Agora, o que eu tenho cobrado aqui é que já se passaram cinco meses do atual governo e recentemente eu estive no Palácio Iguaçu, junto com o companheiro Ângelo Vanhoni, com os demais líderes desta Casa, e o governador depois de uma reunião com as lideranças nos deu uma entrevista e falamos sobre as UTI's de Ponta Grossa, que foi sempre o meu discurso nesta Casa, que era preciso colocar as UTI's porque pessoas estão morrendo, não só em Ponta Grossa, mas na região dos Campos Gerais. E para surpresa minha o governador disse que admitiria fazer um convênio com alguma entidade hospitalar, desde que ela atendesse o SUS e eu fiquei muito feliz, fiquei contente e deixei até de lado as minhas diferenças com o secretário Cláudio Xavier, deputado Stica, e liguei para ele para dizer que tinha um hospital em Ponta Grossa que tinha condições de colocar as UTI's, sem que houvesse a necessidade do Estado colocar o dinheiro na compra dos equipamentos.

E para alegria minha ele disse que iria ver se tivesse teto iria autorizar a colocação dessas UTI's lá no Pronto Socorro da cidade de Ponta Grossa. Mais alegre ainda, deputado Stica, eu liguei para o secretário da Saúde, do município a quem devo respeito, porque é o secretário do município. E eu comuniquei a ele de ter estado com o governador, o governador foi solidário e ao mesmo secretário, disse que ia ver se ia ter teto e fiquei muito alegre e contei isto a ele e ele me disse, para minha surpresa, que mais um hospital, naquele momento que eu ligava para ele, estava encaminhando mais um pedido para colocar mais dez UTI's que é o Hospital Bom Jesus.

Aí que eu fiquei mais alegre, deputado Stica, porque aí nós tínhamos já vinte UTI's colocadas em Ponta Grossa. Fiquei alegre, fiquei feliz porque valeu a pena todo o movimento, valeu a pena os discursos que eu fiz aqui, valeu a pena a caminhada que o vereador fez e que acompanhei ele, não foi a caminhada que resolveu, mas o companheiro sabe disso, Stica, que é um companheiro de batalha, sabe que o povo é ensinado a protestar. O Partido dos Trabalhadores que eu tenho grande respeito por V. Exa., ensina o povo que tem que protestar, que o povo tem que pedir, que o povo tem que reclamar, que o povo tem que se manifestar. Estamos vendo isto agora nas questões das votações a nível nacional em que os rebeldes do PT se manifestam contra o que o Presidente quer fazer. É uma coisa normal da democracia.

Então, fiquei muito contente ao saber que teremos vinte UTI's em Ponta Grossa. Mas, para surpresa minha, segunda-feira o prefeito de Ponta Grossa e aí que vem o problema, o prefeito de Ponta Grossa foi chamado pelo secretário Cláudio Xavier para fazer uma entrevista coletiva aqui em Curitiba, onde anunciou que faria um convênio com Ponta Grossa e que estava resolvido os problemas das UTI's. Em momento nenhum citou ninguém, nem um deputado, que ninguém fez discurso, deu todos os méritos ao prefeito, sem problema algum e ainda fez algumas gozações com a nossa caminhada, que isto não vem ao caso, mas sem problema nenhum.

Deputado Stica, eu quero dizer que ninguém quer méritos de que se saiu ou não as UTI's. O que quero é que funcionem as UTI's. O que o povo quer é que os equipamentos funcionem para dar ao povo mais tranquilidade. Quanto às questões políticas, é claro que teremos embates nesta Casa. Temos um problema sério, estamos vendo o PMDB de um lado e o PT de outro. As divergências vão acontecer. O deputado Anibelli deu uma entrevista na rádio, hoje, para mim, falando que gostaria de me ver no PMDB e isso mexeu com os ânimos de todo mundo em Ponta Grossa. O prefeito me ligou pedindo para que eu fizesse esse pronunciamento; respeito V. Exa. mas quero dizer que não quero méritos nenhum. Eu só quero, deputado Stica, que o povo de Ponta Grossa, dos Campos Gerais seja atendido. O deputado quer isso. Todos nós queremos isso.

Agora, eu estava na Erpe e quase caí da cadeira, quando vi o governador dizer que está preocupado com o curso de medicina. O governador está preocupadíssimo! Eu gravei uma entrevista com ele e me assustei, porque ele deixa claro que vai fechar o curso de medicina, em Ponta Grossa. Eu me assustei, agora, porque o governador disse que não concorda com a situação em que está o curso.

O que queremos é que a saúde melhore. Nós acreditamos no atual governo. Eu quero acreditar no secretário Cláudio Xavier. Não tenho nada contra ele. Nada pessoal. Em dois momentos, deputado Stica, ele faltou com este parlamentar. Da primeira vez, quando marcamos uma ida dele a Ponta Grossa, ele desmarcou a pedido do prefeito. Fiz de conta que não vi. Dei uma reclamadinha, que é natural para mim e não me incomodei. Logo na seqüência, depois das UTI's estarem oficializadas, ele havia dito para mim que elas não tinham teto. Ele autorizou funcionarem as UTI's e, agora, o teto apareceu. Acredito no secretário que esteve aqui e foi uma pena que não pude estar, porque eu estava em Castro. Bem que eu gostaria de estar hoje aqui e dizer a ele exatamente o que penso. Acredito que ele está imbuído de boas intenções com a saúde. Vai precisar de tempo para se melhorar a saúde. A saúde não se resolve em seis meses.

É claro que tenho de cobrar, deputado Stica. Tenho que cobrar, porque todo dia sou cobrado pela base. Sou um deputado que está todo dia em Ponta Grossa. Todo dia tem uma mãe, um pai morrendo. Tenho que cobrar aonde? Na minha Casa, no Parlamento, dos secretários. Não tenho nada pessoal contra o secretário. Acredito que o governador Requião vai resolver o problema da saúde com o tempo.

Deputado Stica, não posso concordar com V. Exa., com toda a sua experiência, quando diz que estou me aproveitando da saúde. Não preciso me aproveitar da saúde. Estou em primeiro lugar em todas as pesquisas, para a próxima eleição em Ponta Grossa. Não preciso disso! Só quero que a saúde em Ponta Grossa funcione. Toda vez que se falar da saúde, vou começar a contar

regressivamente, aqui. Hoje é o segundo dia que se anunciou que vai se implantar esses dez leitos, que não tinham teto, e agora, apareceu o teto. Rogo e peço a Deus, que abençoe o secretário Cláudio Xavier e que ele tenha muita força, mas principalmente que ele não misture questões partidárias. Ele tem que ter a habilidade de definir e saber atender aos dois lados.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, eu pedi pela ordem, porque fui citado e quero dizer que autorizo à taquigrafia, para que entregue as notas taquigráficas da minha fala e do deputado Jocelito Canto. Não sou homem de falar pelos cantos, às vezes do canto. Falei desta tribuna, porque como diz o deputado Rafael Greca: aqui é o parlamento, lugar de “parlar”. Eu o fiz lamentando, primeiramente, a sua ausência justificada e não é a mim, é ao Plenário que o senhor o faz. Lamentei o senhor não estar aqui quando usei da palavra. Disse que na primeira oportunidade que eu tivesse, iria falar com o senhor pessoalmente. Referi-me ao programa de rádio que o senhor fez, hoje pela manhã, enquanto recebíamos aqui o secretário da Saúde, que fez uma belíssima explanação do raio X, que é a saúde no Estado do Paraná, deixada pelo governador que o senhor apoiou, Jaime Lerner. Portanto, agora temos sim uma novidade na saúde do Paraná. E em Ponta Grossa disse e reafirmo: vai ter a verba e vai ter a UTI, não pela caminhada, em que pese. Quero dizer aqui de novo que achei importante porque fui criado nas lutas e a luta se faz com pressão, mas, me desculpe, não foi a caminhada do vereador, somada com V. Exa, que resolveu o problema da UTI de Ponta Grossa, foi porque já estava destinada verba do Governo do Estado para aquela cidade, já que é uma das maiores carências no Estado do Paraná.

Então, só para deixar bem claro que não fiz nada pessoalmente contra V. Exa. que eu tenho maior respeito e eu fiz no parlamento, de público. E as notas taquigráficas estão à sua disposição para ver que não cometi nenhuma ofensa, jamais o farei, tenho respeito por V. Exa. só que quero dizer que lá saiu inclusive com apoio do prefeito, numa parceria, se não talvez não saísse, nesse momento. O prefeito Péricles põe 150 mil nas obras da UTI, mais 20 mil por mês, durante um ano, para na parceria ajudar na manutenção.

Estivemos em São Mateus do Sul recentemente, para concluir, senhor presidente, e lá estamos propondo uma parceria, Governo do Estado, prefeitura de Antônio Olinto, São João do Triunfo e São Mateus do Sul, Petrobrás e Incepa que são as duas maiores empresas daquela cidade, para construir um hospital regional. Esse é o novo modelo que o Paraná tem que começar a adotar: - parcerias com quem quer ver o Paraná crescer! E as parcerias que os deputados estão fazendo demonstrando na participação que tiveram hoje pela manhã.

Muito obrigado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, serei breve, o deputado Stica fala que estava programado, as UTI's não estavam programadas não, deputado Stica, as UTI's vieram na pressão popular, na força do povo! Se o senhor quiser eu posso encaminhar a V. Exa., como V. Exa. me encaminha as notas taquigráficas suas, eu vou lhe trazer uma fita amanhã em que o secretário afirma, num pronunciamento, que não tinha UTI's programadas para Ponta Grossa. Mas isso já foi, não interessa, já está resolvido, vamos torcer que aconteça!

Agora quanto ao governo Jaime Lerner, V. Exa. tem razão, nós cometemos uns pecados na vida, somos seres humanos, temos que admitir nossos erros. Graças a Deus temos aqui o Padre Paulo, outros pastores deputados aqui que podem, depois, nos perdoar mas lamentamos que no governo anterior eu tenha apoiado o Jaime Lerner, infelizmente! Mas, fazer o quê? No governo anterior houve a pressão, eu era prefeito, tinha que apoiar, meio na marra o governador porque senão não saía o Paraná Urbano que eram uns 6,7 milhões que eu tinha para receber e eu bem que gostaria de apoiar o Requião que, aliás, sempre fui mais simpático com o Requião que com o Lerner. Estava disposto a apoiar o Requião só que na última hora o Lerner me botou na parede: “ou você me apoia ou não saem os recursos”. Eu acho que fui fraco naquela hora, devia ter dado um chute na mesa, como já dei outras vezes, ou devia ter feito como fiz aquela vez da Continental, erguido a voz com ele. Quem sabe teria resolvido até mais coisas do Paraná!

Infelizmente a fraqueza do homem está a toda prova e eu lamento ter acontecido isso. Moral da história, deputado Stica, depois de tudo isso, estamos vendo no Parana-cidade agora, nosso presidente José Maria, daqueles 6 milhões que ele me prometeu ele deixou de pagar, mais ou menos, a metade e eu “paguei o mico”, mais uma vez!

O Requião até hoje brinca e diz: - “Você foi um bom traidor Jocelito.” Mas eu já me perdoei com ele, já pedi desculpas e torço que ele faça um bom governo.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. FRANCISCO BÜHRER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para anunciarmos a presença de nosso companheiro e amigo, presidente da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, Jorge Luiz Pereira, conhecido como Polaco.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrado.

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Rafael Greca e numa deferência toda especial do deputado Vanhoni ele usará também o horário da liderança do Governo.

#### O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

A cidade de Curitiba ainda antes do feriado de 1º de maio foi surpreendida pela denúncia do agente de trânsito, funcionário da URBS, o Sr. Aparecido Massaranduba. Guarda municipal de carreira, católico, curitibano de notável presença na sua comunidade, engajado na construção hoje da Igreja da Comunidade N. Sra. do Equilíbrio, num dos bairros da região norte da cidade.

O Aparecido Massaranduba depois de ser guarda municipal foi trabalhar no Diretran e ali ensinaram-no a operar o programa de computação, para validação das notificações de multas no centro de processamento da URBS. Porque é preciso que se diga: quem notifica é a URBS, mas quem multa é o departamento de trânsito do Estado. E hoje o Aparecido Massaranduba é uma espécie de símbolo e de herói da cidadania curitibana, porque ele nos mostrou que as empresas de ônibus de Curitiba não pagam as multas. Os Bertoldi, os Gulin e os outros proprietários de ônibus não pagam as multas. Eles têm um código especial para não serem jamais notificados. Nós somos notificados, nós os curitibanos, os cidadãos comuns e mortais. Os empresários de ônibus com os seus vários ônibus não são.

Portanto é: “Aparecido Massaranduba contra os olhos do mau e aonde amarela.”

Há no centro de processamento de dados da URBS 18 códigos de computação. O código 8 é para ônibus abaixo da velocidade, o nº 13 é para ônibus acima da velocidade. Há um código para viaturas policiais, outro para ambulância, outro para erros de multa. E um extremamente preocupante, para suspensão de multas. Que poder dá a essa gente de suspender as multas e as notificações a seu bel prazer? A URBS terceirizou os serviços de administração das multas da cidade de Curitiba, contratando a empresa Concilux.

Essa empresa tem um gerente chamado Sr. Abdul, que é o representante dentro da sala de processamento de notificações. A primeira seleção das fotografias dos radares não é feita por promotores públicos, ou por agentes, advogados, ou pessoas preparadas em leis de trânsito. É feita por adolescentes estagiários, meninas, mocinhas. A segunda seleção também é feita por adolescentes estagiários. E a terceira seleção é feita pelo Sr. Abdul. E é ele quem diz quem é multado e quem não é multado. O que vai para os agentes de trânsito lançarem no computador.

Daí então, surge também esse papelzinho, aqui. Esse papelzinho, senhor presidente: o auto de infração cancelado, que é um simples papel postiche, sem nenhuma assinatura, que é encaminhado aos agentes de trânsito. E eles é que rubricam e deitam no computador o cancelamento da multa por determinação do Sr. Abdul ou de superiores da URBS.

É oriental demais, amarelo demais, misterioso demais. Viva o Massaranduba curitibano!

Os autos de infração tornam nula a legislação de trânsito, que prevê a quem é multado, defesa prévia, recurso ao Cetran e recursos ao Contran. O recurso auferido pelas multas em Curitiba com os 71 olhos do mau,

no último período foi de 52 milhões de reais. Multa-se a sorrelfa, multa-se atrás dos jacarandás, dos belos jacarandás das vias rápidas lá do Portão. Multa-se quando se chega pelo Leste de dois dos viadutos da Avenida das Torres, na rampa, antes da “curva do Tomate”; multa-se quando se chega pela Oeste, depois de se passar a fronteira do Rio Passaúna, como que a cidade de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, dissesse: Seja Mal-Vindo, quem chega.

Tenho até vergonha de fazer esse discurso, porque um dia fiz assim (esticou os olhos), pedindo que a minha cidade votasse nesse prefeito. Agora é a hora de fazer assim (abrir os olhos). Abra os olhos Curitiba, siga o Massaranduba curitibano contra os “olhos do mal” e o “perigo amarelo”. Governador Requião que chame o Detran, o Marcelo Almeida e denuncie, já, com rapidez, o convênio do Detran com o Diretran, a Concilux, o Sr. Adbo, as suas mocinhas multadeiras - com seus autinhos de infração em papelzinho de terceira categoria. Porque essa cidade não pode ser dos búrlicos ladrões, essa cidade não pode ser das coisas feitas à sorrelfa. Porque a vida humana é séria, sim; o trânsito é sério, sim. Mas radares e “olhos do mal” não podem usar a vida humana como pretexto para tratar de maneira diferente, o bolso do médico que, com pressa, é multado por ir a 68km/hora, atender à emergência, e tratar com bonomia e com perdão o bolso do Bertoli ou do Gulin. O que diferencia um Bertoli e um Gulin, de um Abraão ou de um Silva? O que diferencia os amigos do prefeito a não ser a cumplicidade perante os que operam a Concilux e os “olhos do mal”?

Levante-se, Curitiba, siga esse agente de trânsito. Esse pobre e humilde devoto de “Nossa Senhora do Equilíbrio”, Aparecido Massaranduba, que, aliás, está sob a proteção do Procurador Dr. Paulo Ovídio. Procurado de Patrimônio do Estado que já investiga a onda “amarela” que assola a prefeitura da nossa cidade. Era isso, espero providências do governador Roberto Requião.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. Na semana que passou, nós, desta tribuna, fizemos colocações a respeito de cursos universitários, mais precisamente a respeito do Curso de Medicina, onde se discutia a questão do Curso de Medicina recentemente implantado na Universidade Estadual de Ponta Grossa. E, naquele momento, naquela oportunidade, eu fazia, também, outra colocação; que era o Curso de Medicina na Universidade do Centro Oeste, a Unicentro que tem sua sede na minha cidade - Guarapuava. E também dizia que era curso que já tinha autorização governamental, tendo em vista que o ex-governador Jaime Lerner, assinou um decreto autorizando os estudos e a instalação do curso. E mais, nós aqui nesta Casa, como membro da Comissão de

Orçamento, com um acordo com o Executivo, com o presidente da Comissão, com o relator, fizemos emendas orçamentárias, dando condições para que a Unicentro, procedesse aos estudos e a posterior implantação, instalação do curso de medicina na Unicentro.

Para surpresa minha, acredito que outros deputados tenham recebido, não sei! Mas recebi uma correspondência, que me foi enviada com um cartão de acompanhamento do Exmo. Sr. governador Roberto Requião. No cartão diz o seguinte: “Prezado deputado Ribas Carli - para seu conhecimento, envio cópia do relatório final do Tema “Escolas Médicas” debatido no Pró-Enem. E o que foi debatido nesse Pró-Enem. Na verdade uma discussão em que desaprova qualquer novo curso de medicina, como desaprova o já instalado novo curso de medicina da nossa querida Ponta Grossa. Agora, não quero entender dessa forma senhor presidente. Não quero entender dessa forma senhores deputados. E isso é um recado do senhor governador Roberto Requião ao deputado Fernando Ribas Carli, dizendo que ele não vai resgatar a sua palavra, palavra que ele empenhou perante 20 mil pessoas que o prestigiaram em grande comício quando da última eleição para governador. Lá perante os 20 mil guarapuavanos que o prestigiaram e que deram a votação maciça a ele. Eu não o apoiei. Mas, o povo da minha cidade apoiou. Disse que resgataria o compromisso de instalar o curso de Medicina em Guarapuava. Não quero entender que isto seja um recado do governador dizendo - “Olha! Carli! Fique por aí, porque estão aí autoridades, dizendo que as escolas médicas estão proliferando em todo o Brasil, e que o índice de médicos por habitantes no Paraná já é muito alto. Que o Estado não pode mais investir”. Não! Não posso acreditar que isso seja verdade. Não posso pelo seguinte - senhor presidente, senhores deputados. Se fizermos uma avaliação da evolução do Ensino Universitário nos últimos 8 anos, nós vamos ver que foi um avanço muito grande. Tanto na aplicação dos recursos, como na capacitação dos docentes. O grande número de mestres e doutores patrocinados pelo Estado.

Se fizermos uma avaliação, uma observação melhor, nós vamos ver que em 94, um orçamento que foi elaborado pelo então governador Roberto Requião, tendo em vista que o ex-governador Mário Pereira, finalizou o governo, ficando apenas 9 meses à frente do governo do Estado. Na verdade ele trabalhou com um orçamento elaborado pelo então governador Roberto Requião e sua equipe. O Estado do Paraná, gastou com ensino superior pouco mais de 70 milhões de reais. Os números estão aí, nos nossos arquivos é muito fácil de constatar. Não só o orçado, como o realizado. Porque muitas vezes existe um orçamento que torna-se peça de ficção. Muitas vezes nós temos que ver o que realmente foi realizado.

Se formos verificar quanto foi realizado no ano de 2002, gastos com ensino do Paraná, ultrapassa 370 milhões, chegando a quase 380 milhões.

Então vamos fazer um cálculo rápido e vamos concluir que nos últimos 8 anos, houve um aumento de 300% em investimentos em ensino superior e, praticamente, dentro de uma moeda estável. 94 Plano Real, moeda real e também a moeda Real.

A Unicentro - a Universidade do Centro-Oeste, com sede na minha cidade Guarapuava é se originou como Fafig, em 1970, quando para eleição para governador em 1970, em plena campanha eleitoral, quando o candidato do governo era o atual governador Roberto Requião. Numa grande solenidade estiveram lá presentes o então governador Álvado Dias, com o então candidato Roberto Requião e criaram a Universidade do Centro-Oeste - Unicentro. Eu participava desta solenidade porque eu era o prefeito da minha cidade.

Passou-se o período administrativo do governador Roberto Requião, de 90 a 94, e a nossa universidade não foi reconhecida no período do governador Roberto Requião, do primeiro governo, nem um curso novo foi instalado na Unicentro, quanto menos o reconhecimento.

A nossa Universidade, a Universidade do Centro Oeste com sede em Guarapuava foi reconhecida já no primeiro ano de governo do Jaime Lerner. Dezembro de 95, no Conselho Estadual de Educação, em seguida levei em mãos a Brasília e depois retornou em função da aprovação da nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dizia que o reconhecimento deveria ser feito por quem pagava a conta, portanto, pelo Estado. De imediato o governador Jaime Lerner fez o reconhecimento.

Pasmem, os senhores, hoje, a Unicentro oferece mais de 30 cursos universitários. Universidade Pública e Gratuita, que dá oportunidade àqueles que não têm condições de acessar numa escola superior paga.

Quero não acreditar que seja um recado.

Concedo o aparte ao nobre deputado Plauto Miró Guimarães.

### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Escuto com atenção o seu pronunciamento, eu também recebi aqui uma mensagem, através de um cartão do governador Roberto Requião, que manda para nós o resultado da reunião do Pró-Enem, aonde a Associação Cooperativista, aqui eu quero colocar, dos médicos do nosso Estado do Paraná e do Brasil, colocam nesse ofício que são contrários à criação de novos cursos no Brasil, no Estado do Paraná e, em especial, contra a continuidade do curso de medicina, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Alegam, que a universidade não tem o Hospital Universitário.

Pasmem, o Hospital Universitário é necessário a partir do 3º ano. Nós tivemos ontem, uma reunião com as lideranças da cidade de Ponta Grossa, prefeito, deputados estaduais da cidade, vereadores da cidade, lideranças empresariais da nossa cidade para que juntos, numa visita à universidade pudéssemos ver exatamente a situação que está o curso de medicina na UPG. O reitor nos explicou, conversamos com os 40 acadêmicos, que há mais de 60

dias assistem às aulas de Medicina naquela universidade. Tivemos juntos nas instalações, nos laboratórios, vendo as salas de aulas que estão prestes a serem concluídas. Já temos mais de 90%, da obra executada e atrás de tudo isso mostrando que a universidade já está preparada sim. Já está dando, que os professores contratados, doutores para ali lecionarem medicina para os acadêmicos que passaram no vestibular.

O vestibular que maior número de candidatos teve na história do Brasil, 173 candidatos por vaga. A maior parte deles de alunos, de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Para mim, mostra esse documento que chega as nossas mãos, que o governo está aceitando um movimento corporativo das entidades representativas dos médicos do nosso Brasil. Não posso acreditar. Qual é a diferença entre a cidade de Ponta Grossa e Maringá? Da cidade de Cascavel que recebeu há pouco tempo a implantação do curso de Medicina? Da cidade de Londrina? A Universidade de Ponta Grossa é tão boa quanto as demais universidades estaduais do nosso Estado do Paraná.

E agora está toda uma situação armada. Os alunos estudando, essas entidades pressionando. Não quero acreditar que o governador vai entrar na conversa dessas entidades e tentar interferir nesse importante curso que há trinta anos Ponta Grossa tentava implantar. Viu Cascavel implantar, Londrina, Maringá. O curso de Medicina foi criado em 1968 pelo então governador Paulo Pimentel, hoje presidente da Copel. Ele criou o curso de Medicina e começou a ser implantado no ano de 2001.

Não quero acreditar que o governador Roberto Requião vai interferir e acabar com o curso. Espero que o governador receba a comunidade de Ponta Grossa que quer conversar com ele sobre esse importante curso lá da nossa universidade. Estão aguardando; o pedido de audiência já foi feito. Não é o Plauto que está pedindo, é Ponta Grossa que fez ele o mais votado no segundo turno das eleições.

Muito obrigado!

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Quero agradecer o aparte do deputado Plauto Miró, que vem enriquecer o nosso pronunciamento e faz uma colocação importantíssima.

Vejam só, esse documento foi elaborado por representantes classistas. Duas pessoas assinam: o Dr. Ronaldo da Rocha Bueno - 2º vice-presidente da Associação Médica Brasileira e o Dr. Marco Antonio Ferrari - presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná.

Estamos vendo a defesa da classe. Fico surpreso com o fato de o governador Roberto Requião aceitar uma posição classista como verdadeira. Ao remeter esse documento a nós, certamente está dando um aviso para esta Casa de que não vai ser implantado o curso de Medicina, que já está em andamento ou em fase de instalação. Dar credibilidade total a um documento de entidades classis-

tas, seria o mesmo que o governador Roberto Requião dar credibilidade às notas da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias que dizem que a tarifa do pedágio é esta que tem que prevalecer. Dois pesos e duas medidas? Fica a pergunta no ar!

Concedo um aparte ao deputado Elio Rusch.

#### O SR. Elio Rusch

Ouçõ com muita atenção o seu pronunciamento, também recebi esse documento. E através da sua explanação e da do deputado Plauto Miró, como paranaense e brasileiro fico triste. Quando toda a sociedade do Brasil inteiro clama por mais cursos, dando melhores condições, fazendo com que a classe estudantil que sai do ensino médio possa ter facilitadas as suas condições de frequentar um banco universitário. E no Paraná, no atual governo, parece que acontece o inverso.

Não falo do curso de Medicina do Oeste. Mas posso falar de Cascavel e de Toledo, que fazem parte do campus da Unioeste. O atual governo Roberto Requião também não instalou dois cursos que foram criados pela universidade, pela sociedade do Oeste do Paraná, ou que seja, da cidade de Toledo. Temos dois representantes, aqui, o deputado Elton Welter e o deputado Duílio Genari. O curso de Arte e Música e o curso de Psicologia no campus da Unioeste em Toledo também não foram implantados pelo atual governo, tinham sido criados e foram cancelados.

Em Cascavel, no campus também da Unioeste, o curso de Arte e Música também não foi instalado pelo atual governo. Todo processo está pronto, o decreto havia sido assinado pelo ex-governador, então, falta alguma coisa, falta a grande vontade do atual governo, efetivamente, pôr em prática aquilo que se falava na época dos palanques políticos com o único objetivo de pegar o voto.

Deputado Ângelo Vanhoni, a V. Exa. que é o líder do Governo, sei que a sua tarefa não é fácil, vai ser difícil, mas o governo do Estado do Paraná está há cinco meses no poder, sabemos que em cinco meses não se faz grandes obras, mas parece que é o tempo necessário de desfazer tudo que se fez no passado em favor do Paraná.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, nobre deputado Elio Rusch, pelo aparte.

#### O Sr. Durval Amaral

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentar V. Exa. pelo brilhante pronunciamento, pelos dados que traz, fornece à Assembléia Legislativa, principalmente quando enfatiza a necessidade premente de que os compromissos sejam cumpridos, não só na cidade de Guarapuava, mas também em Ponta Grossa, enfim, a comunidade acadêmica universitária do Paraná há muito tem sentido os efeitos e a intervenção dos governantes. Aliás, V. Exa. coloca com muita

propriedade quando afirma que em 1994 se gastou no ensino superior cerca de setenta milhões de reais, nós já tínhamos a moeda estabilizada e o real no Brasil. No ano passado, foram quase trezentos e noventa milhões de despesa com o ensino superior.

Parece-me a única alternativa e a única solução para que as nossas universidades tenham autonomia política, administrativa e financeira que, aliás, causa náuseas ao governo atual, a autonomia das nossas universidades, razão que nos próximos dias já estarei apresentando um projeto de autonomia das nossas universidades. Já tenho ele pronto para que ele seja encaminhado, seja apresentado...

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O Sr. **Durval Amaral**

Não há, senhores deputados, outro mecanismo, a não ser darmos autonomia financeira, administrativa, política para as nossas instituições de ensino superior, para que cada uma delas, deputado Fernando Ribas Carli, possa decidir sobre o seu futuro, possa decidir sobre seus cursos, sobre sua vida acadêmica.

Eu cederia, se o senhor presidente concordasse, inclusive o horário do Partido da Frente Liberal a V. Exa., que possa concluir o seu pronunciamento.

Acho que esse é o grande “x” da questão: autonomia para as nossas universidades estaduais com vinculação da receita de ICMS diretamente para as nossas instituições de ensino superior, haja vista que o desempenho da arrecadação de ICMS do Estado do Paraná é fantástico em função do crescimento da economia do Estado do Paraná, em função de toda política de desenvolvimento econômico desenvolvida nos últimos oito anos. Nós temos aí, mês após mês, o crescimento da arrecadação de ICMS e temos que vincular a arrecadação do ICMS dando um percentual significativo para as nossas instituições de ensino superior.

Muito obrigado!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado!

Senhor presidente, vou usar o horário da Liderança do PFL, que nos foi cedido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. pode dizer-me qual o partido, que não me recorde ao qual V. Exa. pertence? V. Exa. é do PFL?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Não, não, é que foi cedido!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, mas não pode.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Não pode? Então, para concluir, senhor presidente.

Agradeço o aparte do deputado Durval Amaral e quero dizer que não acredito, deputado Ângelo Vanhoni, que seja um recado do governador Roberto Requião, por que se for...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu gostaria de...

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Só para concluir, que eu tenho meu tempo, só para dizer o seguinte: se for verdadeiro, se realmente for um recado e isso acontecer, o governador Roberto Requião não será mais chamado de Roberto Requião e sim Roberto “recuou”, porque ele vai recuar num compromisso que ele assumiu!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Posso ceder um espaço de tempo da liderança do governo ao deputado Ribas Carli?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Já foi usado pelo deputado Rafael Greca, deputado Vanhoni, senão seria concedido. V. Exa. poderia concluir, por favor.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Deputado Ângelo Vanhoni, se existisse tempo, sabe o senhor da satisfação, da alegria, do prazer, do entusiasmo em receber o seu aparte e poder debater porque é com isso que nós engrandecemos este Parlamento. Infelizmente o horário não permite. Mas, tenho certeza que não faltarão oportunidade para que possamos nos aprofundar em temas tão relevantes como este.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Agradeço.

Horário destinado ao Grande Expediente. Orador inscrito, deputado Elton Welter.

O SR. ADEMIR BIER

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**).

Gostaria de comunicar aos companheiros, aos nobres deputados, que encaminhamos à Mesa, o requerimento prorrogando o prazo para entrega de emendas da LDO até o da 19 de maio. Seria isso.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, imprensa presente, povo do Paraná. Quero, de modo especial saudar a presença do deputado federal Irineu Colombo, que está aqui no dia de hoje, da vereadora Florinda de Oliveira, da cidade de Toledo; do vereador Neri Moss da cidade de Amanda do Oeste, presidente da Câmara.

Senhor presidente, diga-se de passagem, que a saúde pública é um tema palpitante e não é o assunto que vim falar nesta tribuna, mas queria ressaltar que a posição do secretário Xavier, na manhã de hoje, deixou muito claro que houve uma inversão de prioridade na saúde pública do Paraná. E que realmente, em quatro meses não é possível consertar problemas de oito anos. E a emenda 29 será cumprida a partir do ano de 2004, isso sim garantirá muito mais recurso para a saúde pública do Paraná e certamente nós resolveremos grande parte dos problemas que é muito grande na saúde pública do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados: na cidade de Toledo está acontecendo um fato de “doer o coração da gente”.

Trabalhadores da extinta Copagro uma das maiores cooperativas do Paraná que infelizmente quebrou, estão em greve de fome por não estarem recebendo os seus dividendos trabalhistas. Eles estão desde o dia 1º em frente ao Fórum local, da justiça, acampados em greve de fome. Uma situação dramática! Há funcionários que já faleceram em função da demora dessa decisão. Faz mais de oito anos que se arrola na justiça essa decisão. E todos sabemos que os trabalhadores têm preferência com relação aos encargos quando há a falência de uma empresa, como o caso dessa cooperativa.

Essa cooperativa tinha na época, em torno de sete mil associados, mais de quatro mil funcionários. E é lamentável que não se paga, não se decide na justiça o pagamento dos encargos trabalhistas a esses trabalhadores. Houve leilão já, da empresa, tem mais de dez milhões de créditos depositados nos bancos e nós gostaríamos que a justiça se agilizasse para que realmente essa decisão fosse tomada o quanto antes.

Nós não queremos de forma alguma interferir no Poder Judiciário, mas com essa demora e em especial que o Tribunal de Justiça dê uma decisão.

Trouxe essa denúncia aqui porque os trabalhadores realmente estão sofrendo muito. Existe uma situação dramática naquela cidade onde o trabalhador tem que estar diante do Fórum, com uma greve de fome pedindo para que seja feita justiça.

Por isso, senhor presidente, é fundamental para que o dinheiro da extinta Copagro saia já do banco e vá para quem dê direito, aos trabalhadores na proporção de seus créditos e o restante ao Banco do Brasil e aos demais credores.

É essa a nossa fala neste momento. Gostaria que realmente, de fato, se decidisse de uma vez por todas essas questões que são de entristecer o nosso dia-a-dia, quando se demora tanto em decisões aparentemente simples, mas que muitas vezes têm uma morosidade muito grande na nossa Justiça. Infelizmente.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Passamos ao Horário das Lideranças Partidárias.  
Consulta as Lideranças do: PL; PSC; PPS.

**(Declinam)**

PDT. Está inscrito, o deputado José Maria Ferreira, a quem concedemos a palavra.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados:

Quero abordar um assunto que já foi inclusive objeto de atenção de deputados, representando Londrina e a região, como o deputado Barbosa Neto, a deputada Elza Correia, o André Vargas. Sei que todos têm olhado a questão da segurança com muita preocupação. No mandato passado fiz desta tribuna várias colocações com relação ao estado de insegurança que vive a Região Metropolitana de Londrina.

E hoje a Folha de Londrina estampa como manchete “Bandidos já agendam assaltos”.

Ora! Isso é para a nossa região, é para a cidade de Londrina a maior propaganda negativa que possa ser feita. E não estou aqui criticando o jornal Folha de Londrina, porque realmente é a realidade que está instalada na nossa região ao ponto do cidadão dizer que ele não viu quem o assaltou à luz do dia, porque ele sabe que ele está à mercê da situação, ele sabe que a estrutura do estado da segurança não o ampara para que ele possa fazer o exercício legítimo da denúncia ou sustentar uma denúncia na polícia. Mostra que precisamos muito mais do que a disposição, mas nós precisamos de viaturas, precisamos de equipamentos.

Reconheço que o governo Roberto Requião não tem culpa do estado de situação lá instalado, porque - como eu disse - eu já vinha fazendo desde o início do ano de 2002 as denúncias a respeito do estado de insegurança que lá se instalou. Mas nós precisamos, o mais urgente possível, procurar dar respostas a este quadro, porque se formos olhar, os ladrões agendam assaltos e o cidadão impotente, oprimido, não tem como recorrer-se da segurança.

Foi pedido a interdição de Distritos Policiais. No 2º e no 4º Distrito Policial está sendo solicitada a intervenção pela Associação de Advogados Criminalistas de Londrina, porque não têm condições de funcionar. E digo mais: se não for feito nada com uma certa urgência, eu diria com celeridade, nós vamos ver um barril de pólvora explodindo nos distritos de Londrina. É uma realidade que está instalada.

Nós inauguramos, nós quando eu digo, é em nome do Paraná e dos paranaenses e especialmente dos londrinenses e da Região Norte, inaugurou-se no final de novembro do ano passado um IML em Londrina. Não tem a mínima condição de ter entrado em funcionamento. A Amepar, Associação do Médico de Parapanema está lá oferecendo técnicos, está lá oferecendo arquitetos, engenheiros, eletricitas para poder permitir o funcionamento do IML de Londrina. Alugaram um prédio inadequado, não fizeram as reformas hidráulicas e elétricas necessárias para que pudesse funcionar o IML com tranquilidade.

Quer dizer, é um caos! Não se deve este caos a este Governo. Nós esperamos e tenho certeza que será resolvido, mas nós precisamos é de celeridade.

É por isso que, mais uma vez, me somo aos deputados da região para pedir e para trazer a esta Casa as dificuldades que lá estão instaladas.

Quero parabenizar o governo pela reunião de hoje pela manhã do secretário Cláudio Xavier, trouxe pontualmente e com precisão cirúrgica os problemas que enfrenta a saúde pública no nosso Estado. E política demonstrou quando apresentou aos deputados o projeto para o resgate, especialmente quando se trata das instituições filantrópicas, todas as instituições filantrópicas do nosso Estado elas são exatamente importantes, elas prestam um serviço auxiliar ao Estado na saúde pública, mas como ela própria, pela sua natureza jurídica, é filantrópica sem fins lucrativos, tendo condições de receber verbas públicas, tendo condições de ir até a sociedade com o crédito dessa condição, ela precisa ser transparente. Ao lado, Stica, de apoiar essa instituição nós precisamos buscar a transparência na mesma direção, em ato contínuo, precisa ser cobrada a eficiência, precisa ser cobrado o serviço que ela se propõe em prestar. Está de parabéns o secretário Xavier.

O deputado Jocelito fez restrições, tenho a certeza, que foi pontual, mas no geral, dentro da programação, ele apresentou hoje ao deputado da Assembleia Legislativa, em executando, não tenho dúvidas, nós vamos dar um grande passo, Jocelito, na saúde pública e que serão beneficiados não só Ponta Grossa, mas também Londrina que tem uma deficiência enorme de UTI's. Quando em um governo se investe só se investe 3,7% do seu orçamento em saúde pública, pode ter certeza que as consequências serão nefastas, no ar do amanhã. E nós estamos colhendo o amanhã do ontem plantado de um governo que não se preocupou muito com a saúde pública. É por essa razão que é o ponto que nós solicitamos a ação para oferecer aos cidadãos de Londrina, região metropolitana e a do Paraná a segurança, porque eu sei que em Foz, meu caro Dobrandino, não é diferente. Foz hoje é uma cidade linda, bela, com os recursos naturais que tem e aqueles que a mão do homem e a inteligência o construíram, mas tem hoje a pecha, o grifo de ser uma das cidades mais violentas do País. É por isso que temos que fazer um programa efetivo de combate ao crime organizado e esse combate tem que ser diuturno. E esperamos que o governador Roberto Requião possa fazer isso e quanto antes para que vidas se salvem com UTI's e não se percam com as balas dos bandidos que por aí estão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

PFL, inscrito o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para registrar a presença do vereador de Marechal Cândido Rondon, o senhor Dante

Roque Donizer, que nos prestigia nesta Sessão de hoje, bem como também o vereador Néri Moss, da cidade de Diamante do Oeste, um registro que quero fazer já que é nosso amigo, companheiro e eu fui vereador catorze anos naquela gloriosa Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Obrigado pelo registro, sejam bem-vindos.

Horário das Lideranças: PSDB, PTB, PSB.

(**Declinam**)

Encerrado o Horário da Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos deputados Mauro Moraes, Barbosa Neto, Nelson Garcia, Luiz Accorsi e demais deputados, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebido. Publique-se no Diário da Assembleia e em avulsos, para conhecimento dos deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 855 de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 08 de maio para hoje, logo após a Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de programas abertos pela Administração Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC.**



COM EMENDAS DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 018/2003. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas - **Aprovadas. O projeto irá à Redação Final.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que incorpora a gratificação por assiduidade ao vencimento básico do quadro de servidores efetivos do Ministério Público. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicito a V. Exa. - já estou fazendo um requerimento e encaminhando à Mesa, pedindo para que este projeto de lei possa ser retirado da pauta por cinco Sessões, para que possamos discutir com relação a essa questão, já que não tivemos a oportunidade de fazer isto anteriormente aqui. Como o projeto está em 2ª discussão, pediria a V. Exa. que considerasse recebido o nosso requerimento, que o deputado Barbosa Neto está providenciando junto com a nossa assessoria das Bancadas aqui, para que seja encaminhado à Mesa, mas, enfim, o termo do requerimento é solicitando a retirada da pauta por cinco Sessões.

Então, pediria a V. Exa. que colocasse em votação o nosso requerimento neste sentido, se assim V. Exa. pudesse entender, que nós já estamos encaminhando à Mesa este requerimento.

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação o Requerimento nº 864, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, com apoio dos deputados Barbosa Neto, Mauro Moraes, Alexandre Curi e demais deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 760/2002. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 760/2002.

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2003, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que altera o parágrafo único da Lei nº 13.738, de 24 de julho de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. **Aprovado, o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da COPTC - **Aprovada, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que altera a Lei Estadual 11.911, de 01 de dezembro de 1997 (Transporte Gratuito para Portadores de Deficiência). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2003, de 18/03/2003)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 125 E 170/2003

#### P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 125/2003 e 170/2003, de autoria, respectivamente, dos senhores deputados Tadeu Veneri e Hermas Brandão, que altera a Lei Estadual nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, sobre transporte gratuito de portadores de deficiência, anexados através de requerimento do senhor deputado Hermas Brandão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação. Apresentamos, porém, emenda substitutiva para amparar ambos os projetos.

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

### COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETOS DE LEI NºS 125/2003 E 170/2003

#### P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 125/2003 e 170/2003, de autoria, respectivamente, dos senhores deputados Tadeu Veneri e Hermas Brandão, alteram a Lei Estadual nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, sobre transporte gratuito para portadores de deficiência, anexados através de requerimento do senhor deputado Hermas Brandão.

Chamada esta Comissão a se manifestar, tendo em vista o elevado alcance social do objeto deste projeto e o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, apresentamos parecer integralmente favorável à aprovação do presente, na forma do substitutivo geral apresentado pela CCJ.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 125/2003 E 170/2003

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica assegurado transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal, a todas as pessoas com deficiência física, mental, auditiva ou visual, mediante apresentação de atestado expedido pelas Secretarias Municipais de Saúde, Conselhos Municipais de Assistência Social ou entidades que atendem pessoas com deficiência.

§ 1º - As linhas de ônibus que compõem as redes integradas de transporte coletivo dos municípios e das regiões metropolitanas são, também, abrangidas pela previsão do *caput* deste artigo.

§ 2º - Nos casos de deficiência aparente fica dispensada a apresentação do atestado expedido pelas instituições mencionadas no *caput* deste artigo.

§ 3º - Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de vinte e quatro horas, nos casos de linhas de transporte coletivo que atendam municípios além das regiões metropolitanas.”

Art. 2º - Fica acrescido parágrafo 4º ao artigo 3º da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, com a seguinte redação:

“Art. 3º - ...

§ 4º - Nas Regiões Metropolitanas, além do estabelecido nos parágrafos anteriores, que especificam as características das deficiências passíveis de receber isenção tarifária, ficam incluídos os portadores das seguintes patologias crônicas, como beneficiários do programa:

I - insuficiência renal crônica, em terapia renal substitutiva;

II - câncer, em tratamento de quimioterapia ou radioterapia;

III - transtornos mentais graves, em atendimento continuado, em serviços-dia (Hospital-Dia, Núcleo de Atenção Psicossocial, Centros de Atenção Psicossocial, Escolas de Educação Especial que atendem condutas típicas, Serviços Residenciais Terapêuticos e Oficinas Terapêuticas);

IV - portadores de HIV, em tratamento continuado em serviço-dia;

V - mucoviscidose, em atendimento continuado;

VI - hemofilia, em tratamento;

VII - esclerose múltipla, em tratamento.”

Art. 3º - O artigo 5º da Lei nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - A isenção do pagamento da tarifa do transporte coletivo intermunicipal será válida também para o acompanhante, desde que atestado por instituição especializada ou pelas Secretarias Municipais de Saúde, que o

deficiente não pode se deslocar sem acompanhante. Neste caso, além da carteira do deficiente será emitida uma exclusiva para acompanhante vinculando o nome do titular.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer, José Maria Ferreira e Delegado Braddock.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 850, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 851 e 852, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 853, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 854, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 856, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 861 e 862, de autoria do senhor deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 480/2002 e do Projeto de Lei Complementar nº 138/2003.

Levanta-se a Sessão.